

# CADERNOS DE HISTÓRIA

<i>Cad. hist.</i>	Belo Horizonte	v. 2	n. 2	p. 1-64	jun. 1997
-------------------	----------------	------	------	---------	-----------

## **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

### **Grão-Chanceler**

Dom Serafim Fernandes de Araújo

### **Reitor**

Prof. Pe. Geraldo Magela Teixeira

### **Pró-reitora de Execução Administrativa**

Prof<sup>ª</sup>. Ângela Maria Marques Cupertino

### **Pró-reitor de Extensão**

Prof. Bonifácio José Teixeira

### **Pró-reitor de Graduação**

Prof. Djalma Francisco Carvalho

### **Pró-reitora de Pesquisa e de Pós-graduação**

Prof<sup>ª</sup>. Léa Guimarães Souki

### **Chefe do Departamento de História**

Prof<sup>ª</sup> Maria Mascarenhas de Andrade

### **Colegiado de Coordenação Didática**

Prof<sup>ª</sup> Carla Ferretti Santiago

Prof. Carlos Evangelista Veriano

Prof<sup>ª</sup> Heloisa Guaracy Machado

Prof<sup>ª</sup> Maria Mascarenhas de Andrade (Coordenadora)

### **Tiragem**

1.000 exemplares

### **EDITORA PUC•MINAS**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Pró-reitoria de Extensão

Av. Dom José Gaspar, 500 • Coração Eucarístico

Caixa postal: 1.686 • Tel: (031) 319.1220 • Fax: (031) 319.1129

30535-610 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

# SUMÁRIO

Apresentação <i>Alysson Parreiras Gomes</i> .....	5
Herança negra de liberdade e exclusão <i>Yonne de Souza Grossi</i> <i>Fábio Martins</i> .....	7
A representação da mulher nas cantigas medievais <i>Ana Maria Coutinho</i> .....	23
A questão nacional em Porto Rico: a busca da identidade <i>Kátia Gerab Baggio</i> .....	31
O avesso da ordem: primeiros apontamentos de leitura de fontes criminais <i>Maria Tereza Pereira Cardoso</i> .....	37
As armadas dos Açores na defesa dos reinos ibéricos <i>João Carlos da Silva de Jesus</i> .....	48
<i>Poiésis</i> – poder político e poder poético, uma leitura da poesia de Agostinho Neto <i>Marcelo José Caetano</i> .....	56
Resenha LEFORT, Claude. <b>Pensando o político.</b> <i>Liana Maria Reis</i> .....	62

**Conselho Editorial**

Prof. Carlos Fico (Deptº de História – UFOP)

Profª Eliana Fonseca Stefani (Deptº de Sociologia – PUC•Minas)

Prof. Dr. Francisco Iglésias ( Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG)

Profª Liana Maria Reis (Deptº de História – PUC•Minas)

Profª Drª Maria do Carmo Lana Figueiredo (Deptº de Letras – PUC•Minas)

Profª Drª Maria Efigênia Lage de Rezende (Deptº de História – UFMG)

**Coordenação Editorial**

Profª Heloisa Guaracy Machado

**Coordenação Gráfica**

Coordenadoria de Comunicação Social da PUC•Minas

**Revisão**

Virgínia Mata Machado

---

**FICHA CATALOGRÁFICA**

(Preparada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade  
Católica de Minas Gerais)

Cadernos de História. — v. 2, n. 2, jun.

1997

— Belo Horizonte: PUC•Minas,

v.

Anual

1. História – Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica  
de Minas Gerais. Departamento de História.

CDU: 98 (05)

---

# APRESENTAÇÃO

**E**ste é o segundo número dos **Cadernos de História** publicado pelo Departamento de História da PUC•Minas, dando continuidade ao trabalho pioneiro iniciado em 1995 pela professora Heloísa Guaracy Machado. Esperamos manter a periodicidade anual dessa revista, garantindo a publicação de um novo número sempre ao final do primeiro semestre letivo. Além disso, quando conveniente, pretendemos lançar números especiais referentes a temas específicos, como a comemoração do centenário da fundação de Belo Horizonte, que já se encontra em elaboração e deverá ser publicado no segundo semestre desse ano.

Os **Cadernos de História** representam um espaço fundamental para professores e alunos vincularem suas idéias e o resultado do esforço individual e coletivo das pesquisas desenvolvidas no Departamento, estando também aberto para a publicação de trabalhos realizados por profissionais de outras instituições de ensino e pesquisa.

Mantendo a proposta inicial de interdisciplinariedade, os artigos aqui reunidos tratam de temáticas diversas, que variam no tempo e no espaço, apresentando diferentes leituras da realidade, ultrapassando os limites da análise puramente histórica e ganhando outras dimensões – sociológica, literária e política. Deste modo, pretendemos oferecer ao público leitor trabalhos de qualidade sobre distintos aspectos da evolução da sociedade, ampliando o mosaico de interpretações acerca da construção do conhecimento histórico.

O Departamento de História, nesses últimos anos, tem buscado, através de variados instrumentos e do apoio recebido da instituição, estimular o aperfeiçoamento de seu corpo docente e fomentar a produção realizada por professores e alunos, objetivando continuar sua trajetória na busca da qualidade acadêmica e da excelência profissional. Desejamos que os **Cadernos de História** sejam um marco, refletindo o empenho do Departamento no sentido de criar condições para o crescimento profissional dos seus componentes e da valorização acadêmica do curso.

Gostaríamos de registrar, finalmente, nossos agradecimentos a todos os profissionais que participaram das múltiplas etapas necessárias à publicação desse número dos **Cadernos de História**. Como seria impraticável enumerar todo o pessoal envolvido nesse projeto, elegemos a figura de Cláudia Teles Menezes Teixeira, Coordenadora Geral de Editoração, que através de sua simpatia e competência, sintetiza a atenção que a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais tem dispensado à questão da produção acadêmica.

*Alysson Parreiras Gomes*  
Coordenador Editorial

# HERANÇA NEGRA DE LIBERDADE E EXCLUSÃO\*

Yonne de Souza Grossi

Departamento de Sociologia da PUC•Minas

Fábio Martins

Departamento de Comunicação da UFMG

*Aos heróicos tropeiros do passado, que, na poeira doirada das estradas, no compasso do guizo da madrinha, de pousada em pousada e, ao final de cada marcha, no aconchego da lareira crepitante, cheirando a torresmo e feijão inteiro, construíram a grandeza do Serro em paiás tecidos de taquara poca, bruacas de couro cru e cambulhos de barris encharcados de genuína filha de senhor de engenho, as homenagens de  
nosso povo.*

Placa afixada ao pé do monumento aos tropeiros da região.  
Cidade do Serro-MG – 1871-1971, antiga Vila do Príncipe.

*Magia de luz no interior de Minas. Fazenda do Mata-Cavalo. Município do Morro do Pilar. O som dos atabaques rompe o silêncio dos ares. Reúne sombras e martírios. Sonhos e suspiros centenários. No mais, só o resto da raça abandonada na imensa solidão dos homens. De todos os lugares, dos atalhos e estradas.*

*Dos altares. Das grutas. Dos cômodos escuros das almas. Dos troncos e dos currais surgem estas criaturas humildes e humilhadas. Ocultas formas, silhuetas absurdas. Entre resposos e murmúrios, a mesma resposta surda – Cadê Mãe Tança.*

João Evangelista Rodrigues – texto criado para a pesquisa

*Deixo livres os meus escravos, como se de ventres livres nascessem e os instituo herdeiros de meus bens, com a condição, porém, de ficarem morando e vivendo em sociedade nesta minha fazenda, sem poderem vender nem alienar (...).*

Testamento de Constança Fortunata de Abreu e Lima, 1883. Conceição do Mato Dentro-MG

## RESUMO

*Este fragmento é parte integrante de um projeto de pesquisa que já produziu outros trabalhos publicados. O tema refere-se a uma fazenda mineira do século XIX, doada a escravos, em testamento. Este artigo constrói uma memória da vida cotidiana da fazenda, expressando o imaginário presente nos relatos pessoais dos descendentes de escravos. A figura mítica da ex-proprietária Constança tece a trama da narrativa.*

O que significam terras natais, indaga Guattari, referindo-se à ausência de relações com territórios ancestrais, considerados perdidos. Alude, assim, ao desenraizamento e segmentação dos indivíduos, desassistidos pelos seus espaços identitários esfacelados (Guattari, 1992, p. 169).<sup>1</sup> Invocamos, então, a figura de Mnemozine. Uma antiga deusa que constrói memórias, impedindo o es-

\* Projeto Nas Terras de Constança, realizado pelo Grupo de Trabalho História Social de Minas Gerais do Século XIX, vinculado ao Centro de Estudos Mineiros da UFMG.

<sup>1</sup> A respeito da problemática identitária ver também Oliveira, 1976, Levi-Strauss, 1981 e *Identidade e Memória*, 1988.

quecimento. Em sua esteira, vem ao mundo Clio, a musa da História, associada também às transmissões da cultura. Pois, lembra Benjamim, o passado são fragmentos, do passado só nos resta *“um monte de tijolos”* (Benjamim apud Matos, 1992, p. 151-152). Nas verdades fechadas do passado nós ingressamos, para narrá-las de outra maneira. Os acontecimentos, necessariamente, não adquirem legibilidade no instante de seu nascimento, exigindo tempo e espaço próprios. Onde o presente se torna capaz de iluminar o passado. No sentido evocado também por Paoli, de não se perderem traços *“das servidões que custaram, nem dos conflitos neles inscritos”* (Paoli, 1992, p. 26-27). A construção desses cenários historiográficos abre possibilidades de se arquitetar a memória dos que não só foram despojados de poder, como da visibilidade de suas lutas e resistências.

Recolher experiências coletivas, introduzindo-as numa dimensão histórica, enfrenta riscos que a descontinuidade e ambigüidade das lembranças hospedam. Todavia, o direito ao passado confere legitimidade à descoberta de mundos silenciados, mesmos daqueles cujo valor de natureza simbólica autorizam abrigar pequenas memórias sociais, locais, quase residuais. Car-

regadas de continuidades que incitam a permanência, contrastam com rupturas cujos territórios são lacunares e mais exigentes, no agenciamento de suas tramas. Assim, são criados lugares para a existência da memória. Todavia, eles guardam seu dinamismo, como assinala Halbwachs, referindo-se à construção de uma identidade de grupo pela manutenção de uma memória comum, e às possibilidades não descartadas de mudanças nesse grupo (Halbwachs, 1976). Fato que consideramos capaz de gerar uma tensão entre memória e identidade, expressando o dilema da diferença: o passado como depositário de sinais de identidade pode ligar-se ao presente de forma especular, quando a concepção de história já assinalada rompe com esta linearidade.

Como perceber essa questão? O que é a representação de si ou das imagens que o grupo faz de si mesmo? A imagem de si está ligada à representação que se faz do outro ou dos vários outros encenados em um contexto na medida em que um “eu” só se dá conta da própria existência mediante a manifestação de um “ele”. As relações, sendo dinâmicas, permitem-nos a criação de um *“nós coletivo”*, segundo S. C. Novaes. A partir dessa evocação de semelhanças, torna-se possí-

vel reivindicar um espaço social e político, porque a identidade não é dada, mas construída histórica e culturalmente, lembra a autora. O *“nós coletivo”* pode ser evocado quando o grupo manifesta seus silêncios, *“reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi historicamente submetido.”* (Novaes, 1993, p. 21-27.) A memória, dissemos, são fraturas. Desta forma, torna-se possível distinguir o sentido da identidade nas diferenças que o tempo evoca, nas quebras e pedaços que são organizados para conferir não só a diferença, mas também a consistência identitária de ressonâncias não lineares.

Essa discussão encena matrizes que pretendemos inscrever na temática escravidão e herança da luta pela terra. Trata-se de uma história da fazenda do Mata-Cavalo, situada no município do Morro do Pilar, divisa com a cidade do Serro e Conceição do Mato Dentro, na Zona Metalúrgica do Estado de Minas Gerais, a 155 quilômetros da capital. Sua proprietária, Constança Fortunata de Abreu e Lima, no ano de 1883, por verba testamentária declara livres os seus escravos e os institui herdeiros das extensas terras da fazenda. Cumpria determinação de seu pai, que a três de março de 1857 *“dispõe de sua terça em benefício de seus escla-*



vos, isto é, aqueles a quem suas herdeiras julgarem dignos de liberdade, com a condição, porém, de só gozarem de suas liberdades depois da morte das referidas suas filhas e herdeiras” (Lima, 1857). A herança seria para os escravos até a quinta geração. Constança falece a 21 de agosto de 1887 e seus 43 escravos se tornam proprietários e libertos antes da abolição.<sup>2</sup> Entretanto, tensões e conflitos armam a trama de um processo que culmina com a perda das terras para fazendeiros poderosos na região. Os negros libertos e seus descendentes tornam-se então, sujeitos de uma dupla herança: herdeiros da situação de escravidão que dificulta o acesso à cidadania, e da luta para reaver a terra.

Algumas questões foram formuladas como armação deste ensaio. Qual é o universo societário dos descendentes dos escravos? Que visão de mundo herdaram de seus antepassados? Como se mobilizam face à dupla herança que carregam: a perda da fazenda e a exclusão social? Que cotidiano permeia seus guetos sociais? Como negociam a senha urbana da cidadania? Enfim, que testemunho dão de sua história?

## Molduras possíveis no registro historiográfico

A cidade de Morro do Pilar está situada na Zona Metalúrgica, com uma área de 421 km<sup>2</sup> e altitude de 714m. Sua população é de 4.170 habitantes sendo 1.470 na zona urbana e 2.700 na rural. O município foi criado pela Lei no 1.039, de 12 de dezembro de 1953, e instalado a 1º de janeiro de 1954, por Laurival Ferreira Carneiro, então Intendente Municipal, em reunião presidida pelo Padre Tarcísio dos Santos Nogueira. (IBGE, 1982.)

Auguste Provençal de Saint-Hilaire, em seu livro **Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais**, descreve sua viagem à província de Minas, em 1816 (Saint-Hilaire apud Moraes, 1942, p. 155-158). Fornece informações sobre as forjas do Intendente Câmara e narra:

*a alguma distância de Gaspar Soares, transpus o Rio Preto, que deve o nome à cor que suas águas, absolutamente límpidas, tomam do leito em que correm, um pouco mais longe, transpus várias vezes o Picão, que como o Rio Preto, se lança no Rio Santo Antônio, cujas águas se vão reunir às do Rio Doce. A povoação do Morro de Gaspar Soares, (...) não*

*é mais que uma sucursal da paróquia de Conceição, e deve o nome ao gerente de uma das antigas jazidas que foram exploradas no País. Quis-se fazê-lo denominar Morro de Nossa Senhora do Pilar, porque sua igreja foi edificada sob a invocação desta santa; o nome mais antigo, todavia, sempre prevaleceu... se bem que se encontra ainda atualmente ouro no leito do Rio Preto e na costa dos morros, esse metal não é objeto de uma exploração regular e constante. Somente quando os proprietários de escravos não têm ocupação a dar-lhes é que os enviam à cata de ouro. Cada escravo é obrigado a trazer ao seu senhor uma certa quantidade, e é castigado quando não entrega o que dele se exige... As montanhas que a contornam pelo lado direito quando se vai à vila do Príncipe têm os flancos cobertos de relva e os cumes cobertos de matas virgens.*

O bandeirante Gaspar Soares, ao descobrir Morro do Pilar, para lá levou seus escravos domésticos. Extraía ouro nos morros e, quando os trabalhos de mineração a talho aberto se aproximaram do arraial, trocou de lugar as casas e a igreja, cedendo outra área para as novas construções. As precárias condições de trabalho, às vezes, provocavam acidentes. De uma feita, 18 escravos morreram devido ao resvalado de terra e pedras. Gaspar Soares dirigia o povoado de forma arbitrária e autocrática. Ao escolher o lugar para a nova capela, chegou um frade missionário para evangelizar. Gaspar não gostou da tônica do discurso sobre a “vida dissoluta dos amasia-

<sup>2</sup> A respeito da memória da fazenda do Mata-Cavalo, ver Martins, 1989 e Grossi, 1991.

dos". Não teve dúvida: pediu ao missionário que escolhesse o lugar mais apropriado para a edificação da igreja, que ele achava ser uma esplanada, coberta por espessa vegetação, onde hoje está a matriz. Entretanto, ordenou a dois capangas que abrissem, nesse mato, uma sepultura e, quando o padre chegasse, fosse agarrado e enterrado "*com terra fina, sem quebrar osso, nem derramar sangue*". O que foi realizado, segundo as lendas da região.

No Município de Morro do Pilar ainda são encontrados vestígios de objetos de ferro ali produzidos por pequenas fundições, a que os habitantes dão sempre o nome de "fábricas". Não é possível indicar a quando remontam as primeiras fundições em Minas Gerais. O engenheiro alemão Eschwege diz que em 1811, quando chegou à Província, verificou que a maioria dos ferreiros e grandes fazendeiros tinham também o seu forno de fundição "*sempre diferente um do outro, pois cada proprietário, na construção, seguia suas próprias idéias*." Para os estudiosos, as primeiras fundições de ferro se devem ao conhecimento metalúrgico de escravos africanos. De fato, "*o escravo constituiu uma peça fundamental da indústria siderúrgica mineira, até a abolição da escravidão*".<sup>3</sup>

A fazenda do Mata-Cavalo está situada nesse município, na região do Serro, Diamantina e Conceição do Mato-Dentro. As principais atividades econômicas de Morro do Pilar são agricultura e pecuária de pequeno porte. As classes menos favorecidas enfrentam problemas de sobrevivência, e o empobrecimento progressivo acompanha essa população há longos anos. Rica em minério de ferro, a Companhia Vale do Rio Doce é proprietária de extensas áreas reservadas à exploração do solo e subsolo. (IBGE, 1982)

No dia 3 de março de 1857, na cidade de Conceição – hoje Conceição do Mato Dentro –, então Comarca do Serro, na Província de Minas Gerais, tudo está preparado para que seja feito o testamento público de José Pereira de Abreu e Lima, residente no distrito do Morro do Pilar. Em março daquele ano, trigésimo sexto da Independência e do Império do Brasil, vai-se dar o surgimento de um singular capítulo da história de Constança Fortunata de Abreu e Lima. De fato, quando Francisco Honório dos Santos, segundo Tabelião Público Judicial e de Notas, abre as páginas do livro do cartório para registrar e dar forma ao testamento, que será ditado por

José Pereira de Abreu e Lima, está começando a ser escrita uma história da Fazenda Mata-Cavalo (Lima, 1857). Abreu e Lima, o testador, "*cristão e católico*" vai doar seus bens e suas terras às filhas Constança e Ana. Sua primeira vontade diz respeito ao destino de seu próprio corpo após a morte. Ele o quer sepultado na Igreja Matriz de sua freguesia, envolto no hábito de São Francisco. Cuidado o corpo, lembra-se de sua alma e pede que "*se digam duzentas missas por sua intenção, com a brevidade possível*".

Abreu e Lima faz também uma declaração, quase em penitência: diz ter vivido em estado de solteiro e que, por "*fragilidade humana*", era pai de duas filhas de nomes Constança Fortunata de Abreu e Lima e Ana Ignês de Abreu e Lima, declarando-as únicas herdeiras de seus bens. Não faz referência à mãe das filhas, que permanece esquecida no testamento e na sua história. Quem a recupera é Constança, ao fazer testamento em 8 de agosto de 1883. Na peça testamentária, declara-se filha de Inácia da Silva Campos e legitimada pelo Capitão José Pereira de Abreu e Lima; diz também que é solteira, nunca foi casada, nunca teve filhos. Seus pais já haviam falecido em 1883, como sua

<sup>3</sup> A esse respeito consultar o estudo exemplar de Libby, 1988.

irmã Ignês, e ela manifesta o desejo de ser enterrada no Distrito de Morro do Pilar, na Igreja Matriz, perto de sua irmã Ignês. Ela deseja que por sua alma se digam “dois oitavários de missas”. Determina que se dê aos pobres a quantia de cinqüenta mil réis e mais cinqüenta mil para concertos da Matriz. Essas providências devem ser tomadas enquanto seu corpo estiver sobre a terra.

José Pereira de Abreu e Lima, quando dispõe de sua terça em testamento, beneficia seus escravos com uma condição: seriam libertados aqueles a quem suas herdeiras julgassem dignos da alforria. Essa liberdade, entretanto, só poderia ser gozada quando da morte das duas filhas herdeiras. Conclui a declaração testamentária, concedendo a Constança e Ana prazo de dois anos após o seu falecimento para prestar contas em juízo. Constança do Serro Frio, pois já nasceu, cuja existência é justificada pelo pai como um produto solteiro, resultado da “fragilidade humana”, irá, no futuro, também solteira, conviver com seus escravos, conceder-lhes liberdade, doando-lhes os bens herdados:

*“Deixo todos os meus escravos livres como se de ventre livre nascessem e os instituo herdeiros dos meus bens, com a condição, porém, de ficarem morando, vivendo em sociedade nesta minha fazenda, sem poderem vender nem alienar, por qualquer forma e aqueles que assim o não fizerem não*

*terão parte alguma e serão excluídos”*. (Lima, 1883)

Constança, a herdeira, a quem os escravos irão chamar de Mãe Tança, lega outros bens a um seu compadre, Tenente Jorge Benedito Ferreira, “pelos bons serviços”. Deixa-lhe todos os seus “trastes de prata” e “pedaço de terras de cultura, que estão além do rio e principia pelo espigão que vem do alto do Tejucal ao rio, divisando com terras dos herdeiros do finado Salvador Martins Correia, e outro pedaço de campos com poucas capoeiras, no lugar denominado Terra Quebrada, que divisa, por um lado, com Francisco Rofino Ferreira e, por outro, com o mesmo Francisco” (Lima, 1883). Redigido e aprovado o testamento pelo Tabelião Fernando José de Heredia, foi “cozido com cinco pontos de retrós preto e outros tantos pingos de lacre vermelho por banda, na Fazenda do Mata-Cavalo, em 8 de agosto de 1883”. (Lima, 1883)

Abreu e Lima adquirira a fazenda de Antônio Francisco Soares e emprestou o seu nome de família a seus escravos, reproduzindo o costume de uso, pelos negros, do sobrenome de seus proprietários. De fato, nas terras da região grassavam numerosos os Pereira de Abreu, libertos ou cativos. José Pereira de Abreu e Lima, poeta e médico, trouxe seus escravos do Arraial de Córregos, no princípio do século XIX, depois de passar por Serro

e Conceição. Naquela época, o Bispo D. Viçoso fez uma visita pastoral ao Morro do Pilar, ganhando de José Pereira alguns versos em latim. Fidalgo da Casa Imperial e Cavaleiro da Real Ordem do Cruzeiro. Abreu e Lima era amigo de D. Pedro II, de cuja intimidade em família participava (Matos, 1921, p. 73). Teve tempo e dinheiro para aperfeiçoar o seu latim e estabelecer relações estreitas com a Igreja Católica. Essa proximidade se dava pela fé proclamada e laços com o clero: seu irmão Lucas de Abreu e Lima casou-se com a irmã do Vigário de Morro do Pilar, Padre Anastácio Cardoso Neves. Tal casamento fortaleceu os laços que uniam os Pereira de Abreu e Lima à “importante família do sacerdote”, oriunda de Sabará. O Padre Anastácio era pessoa influente no Morro do Pilar não só pelo poder sacerdotal, mas também pelos bens que possuía: uma grande casa, um rancho de tropas, uma fábrica de ferro e a Fazenda do Barroso.

José Pereira de Abreu e Lima locomovia-se num meio social em que conviviam famílias ligadas ao campo e à produção incipiente de ferro: gente de títulos e senhores de terra. Entre eles, o citado Vigário Anastácio, que casou sua sobrinha com Manoel Vieira Costa, proprietário de um retiro que pertencera ao Capitão

Francisco de Paula Câmara, irmão do Intendente Câmara, responsável pela fundação da Real Fábrica de Ferro de Morro do Pilar (Matos, 1921, p. 15, 18, 20). Nessa época, residiam no arraial algumas famílias alemãs, empregadas em fábricas de ferro. Outro proprietário era o Coronel Antônio José Rodrigues, dono das terras denominadas Paiol, na “Cordilheira do Cipó”, e de uma fábrica de ferro, na estrada para Conceição. Familiar de José Pereira, Antônio Honório de Abreu e Lima era latifundiário e também proprietário de uma fábrica de ferro, situada em um lugar chamado Coqueiro. (Matos, 1921, p. 8-11)

Todos eles viveram seu tempo nesses lugares. Deixaram rastros espalhados em cartórios e em igrejas das vilas por onde passaram. Deixaram também, sepultados nas terras, seus corpos, misturados aos objetos de ferro que fundiram, sinais de seu desejo de riqueza e de poder. Pelo poder e pela riqueza os homens lutam. Pelo desejo, sobrevivem.

Na cidade de Conceição do Mato Dentro, em 4 de dezembro de 1930, os negros e seus descendentes começam a perder as terras da Mata-Cavalo. Numa ação executiva, movida contra o ne-

gro Benedito Pereira de Abreu para cobrança de custas, o executado não oferece embargos à penhora de seus bens. Residente em Morro do Pilar, o negro Benedito teria de pagar a quantia de 473 mil réis. Em 8 de dezembro de 1930, outras terras da fazenda são penhoradas e postas em leilão.<sup>4</sup> Em 9 de abril de 1932 foram vendidos ao advogado Oscar Silva os bens penhorados (terras), pertencentes aos negros Manoel e Honório Nunes Pereira. No ano de 1935, pela carta de arrematação passada a favor do mesmo advogado e extraída dos autos da ação executiva movida por Jorge dos Santos Pereira, perdem seus bens os negros Benedito Raimundo Pereira de Abreu, Manoel Nunes Pereira de Abreu, Frederico Pereira de Abreu e Benedito Primo Pereira de Abreu. Jorge dos Santos Pereira, embora descendente dos escravos da Mata-Cavalo, em conflito com seus co-proprietários negros, move contra eles uma ação executiva. No auto de penhora estão relacionados os seguintes bens:

*“uma casa nova de vivenda coberta de telhas, com cinco compartimentos, sendo três assoalhados e dois térreos, com esteios de braúna, somente barreada, inclusive uma área de dois ou três litros mais ou menos, plantações de bananeiras, com uns pés de café, situada na Fazenda de*

*Mata-Cavalo, município de Morro do Pilar, avaliada por 600 mil réis; um casebre muito ordinário, com bananeiras e pés de café; uma pequena área de terra, na serra, no lugar denominado Costa, distrito de Morro do Pilar, pertencente a Manuel Nunes de Abreu”.*<sup>5</sup>

Todos esses bens arrematados pelo advogado Oscar Silva foram vendidos a José Batista Ferreira, fazendeiro residente em Morro do Pilar, em 26 de fevereiro de 1941.

Teófilo Thomaz Ferreira possuía, na região de Morro do Pilar, três fazendas: das Lajes, do Salvador e do Mata-Cavalo. Ele comprou, ao longo de anos, áreas de terras dos escravos libertos que viviam ali, trabalhando na agricultura. Aqui tem início a perda das terras deixadas por José Pereira de Abreu e Lima às suas filhas e posteriormente doadas aos escravos. Em 1939, as terras adquiridas por Teófilo Thomaz são herdadas pelo filho, José Batista Ferreira – o Inhôzinho –, que, em 1941, as demarcou e adquiriu outras áreas, de pequenos proprietários e lavradores negros que ainda viviam na região, ampliando assim suas propriedades até o ano de 1956. Durante esse período, isto é, entre 1939 e 1956, sucederam-se conflitos judiciais, contestações e assassinatos pelas terras da Fazenda do Mata-Cavalo. Nos cartórios da ci-

<sup>4</sup> Anotações constantes do arquivo privado de Fernando Gomes Cardoso, Belo Horizonte.

<sup>5</sup> Idem.

dade de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, estão os vários processos movidos por negros e latifundiários envolvidos na luta pela propriedade da terra. Há, no Cartório do Crime, intrigantes processos sobre a questão. Passada a etapa de luta reivindicatória, em 1957, a Fazenda do Mata-Cavalo, já com o nome de Fazenda Cachoeira ou Bom Retiro, é adquirida por Leandro Ordones de Castro, que a vende, em 1985, ao comerciante Fernando Gomes Cardoso, de Belo Horizonte.<sup>6</sup>

## Entreato de fragmentos: itinerários da memória

A fazenda das Lages faz divisa com a do Mata-Cavalo e surgiu, juntamente com a Fazenda Salvador, do desdobramento de uma possível sesmaria, cujas origens remontam à colônia. Um manuscrito do neto de Teófilo Thomaz Ferreira narra o cotidiano das Lages. Sua descoberta tornou-se importante, uma vez que as três fazendas pertenciam ao mesmo dono. Além disto, escravos libertos e/ou descendentes seus, moradores da fa-

zenda do Mata-Cavalo, prestavam serviços na fazenda das Lages. Selecionadas foram algumas passagens desse depoimento, cuja riqueza de dados, aliada à precisão do detalhe, configura imagens do cotidiano regional no campo, nas primeiras décadas deste século. (Moura)

*Vim de longe. Cheguei trazendo, nas bruacas de couro cru, no lombo do burro preto estrelado, muitas coisas. A carga estava torta, puxava mais de um lado, porque tinha um pacotão de reminiscências do tempo da meninice, um montão de saudades de lugares. Irei tirando destas bruacas estes escritos que, na verdade, estão na memória. São histórias. Papelada poeirenta. Memória cheia de limo. Árvore antiga. Uma janela cheia de frestas. Uma porteira pesada e esconchelada.*

(...) Antônio Lelé grita para Artur: — Corre e abre a porteira de cima. Rápido. Olhe, como já vem apontando, lá na curva da terra vermelha, a tropa. Zé Lino, debulhe o milho, mais ou menos uns 15 litros. O Joaquim Eloi já tirou um balaio e meio do paiol.

— Antônio Firmino, vem ajudar, dizia José Lino.

— Não vou não.

— Por quê?

— Já trouxe dois feixes, de lenha. E só vendo que lenha boa, puro muricí.

— Só isto?

— Só isto agora. E o dia inteiro fazendo cerca, toda de vara, lá na passagem do campo do jardim? Não vale nada? — E ocê não imagina, onde fui tirar cipó tripa de galinha, pois o patrão só queria este na cerca.

*Por perto só tinha cipó de batata. E as varas, tive que procurar somente pindaíba, muricí e cana-vistula. As estacas, somente de candéia.*

*Neste meio tempo a tropa chegava. Tinha três lotes. As bestas de guia, as mais bonitas. Duas pretas e outra pinha. Esta guia trazia os cincerros do peitoral reluzentes, em amarelo ouro, e com um trim-lim-lim tão cadenciado que o tropeiro montado numa besta vermelha, e os três tocadores sorriam de alegria e orgulho. O sol rapidamente se escondia por trás das copas dos pinheiros e camboatás no mato da Jacutinga. Na varanda, debruçado no peitoral, seu Thomaz, o dono de tudo, com semblante carrancudo, barba cavanhaque, gritava dando ordens:*

— Zé Sulino, o milho que mandei Zé Lino debulhar, é somente para a tropa. O de levar para o moinho é com você. Já fez?

— Não, Sinhô.

— Por que não?

— Fui apartar as vacas.

— Você é mesmo um palerma, já podia ter feito todos os reparos. Carregamento de sal, querosene e feijão.

(...) O cozinheiro, com o fogo aceso na trempe. Já se sentia o cheiro do torresmo para afogar o feijão que já vinha cozido de véspera. Os arreios, com todas as cangalhas enfileiradas, aproveitando os últimos raios de sol para secar as enxergas. Com sabugos chamuscados os tropeiros esfregavam nos panos das enxergas os cascorões, sinais de pisaduras no lombo dos burros. O tropeiro chefe, com flanela vermelha na mão, lustrava as cabeçadas de prata das bestas de guia. Orgulho e vaidade também se o lote, que constava de dez bestas ou burros, fosse igual na cor e no porte, como por exemplo, somente pêlo de rato, somente pangaré. Somente baio, somente preto e muitas vezes somente preto calçado. Um negro tarrancudo, braços fortes, tocador de um dos lotes, chama o colega, de nome Jucão, para segurar o pé e uma mão da mula calçada para trocar a ferradura por outra nova. O menino, puxador do cavalo de guia, já vinha trazendo e passando ao negão as ferraduras, os cravos, o puxavante, o martelo, a torquez, uma

<sup>6</sup> Anotações em escrituras e registros de terras, do arquivo privado de Fernando Gomes Cardoso, Belo Horizonte. Além desses documentos, há informações verbalizadas de advogados que seguiram a tramitação dos processos. Dados obtidos em entrevistas com autoridades locais.

aziá. Este último usado nos burros mais bravos. Tudo isto feito muito rápido. Ainda bem que os outros tocadores providenciavam os embornais com milho, colocando em cada cabeça dos burros um relincho pequeno.

Aflitos para receber a ração costumeira de fim da marcha, distância percorrida de um rancho de pousada ao outro diariamente, meses e meses. Voltando para o rancho, os tropeiros findavam mais um dia de rotina. Jantavam. Antes, uma bebericada daquela que Jucão trouxe no canto da bruaca do burro de coice, comprada no rancho da praia em Morro do Pilar. Cansados, sujos, roupas remendadas, empoeirados, saudosos de suas famílias, lembravam casos e faziam planos para o dia seguinte, que para eles começava de madrugada, com o pasto cheio de orvalho, e a madrugada ainda escura. Um pouquinho mais, os primeiros pios dos inhambús, capoeiras, saracuras, anunciavam o amanhecer. Novo dia. Nova jornada. Novo pouso.

(...) Já escuro, vinda da fábrica de ferro onde se fabricavam ferraduras, a 1km da fazenda, chegavam, com andares cadenciados e cansados, enfileirados, o fundador João Casimiro, o ferreiro Benedito Coradinho, o malhador Antônio Firmino, os atarracadores José Diomédio, Zé Francisco e Zé Grande. Vinham para dois quartos grandes, com camas emendadas em toda extensão do espaço quadrado dos quartos.

(...) Já escuro, com lamparina numa mão e na outra uma chaleira grande cheia de café, Arminda grita da varanda.

— Orozimbo! Oh Orozimbo! Vem buscar a chaleira de café prus camarada. Falou baixinho: ou demora danada. Orozimbo pegou a chaleira, com as xícaras deagal em forma de colar, e foi repartindo o café.

(...) zum, zum, final de conversa dos tropeiros que ficavam um pouco abaixo da hospedaria dos ferreiros. Domingo eu acerto aquela paca que está vindo comer goiaba. O trilheiro está até fundo. Se o Raimundo trouxer

os cachorros pequenos, muito bem. Se não, eu vou ficar de escoteiro, mesmo que for a noite inteira. Acerto ela.

Os outros já dormiam. Sono profundo, de um corpo cansado de trabalho pesado. Na primeira cantada do galo eles já apanhavam o caminho da fábrica. A porteira rangia e batia ao passar. Quantas vezes eu acordava e olhava o relógio, que marcava duas horas. Mês de maio. Muito frio. Atravessavam na vargem do córrego uma pinguela e aflitos por acender as forjas para esquentar no escuro da madrugada. As forjas todas em labaredas incandescentes e faiscentes. Usava-se para se proteger das limalhas um avental de couro cru, quase do pescoço às canelas. Nos pés, sandálias também de couro. Ali seriam fabricadas ferraduras de vários tamanhos para burros e cavalos.

(...) Fazia quatro ou cinco dias que não chovia. Duas horas da tarde. Dos formigueiros próximos, saíam enxames de tanajuras. Que vontade de pescar. Pegar uns piaus na Catombeira. Procuro Joaquinzinho, João Gomes, o carreiro. Joaquinzinho já vinha da Jacutinga. Havia feito o desmote, juntamente com Olavo Felipe e tirado o minério usado na fundição do ferro da fábrica de ferraduras. — Ó Joaquinzinho, vamos chamar o João Gomes, dizia o Zé. Vamos pegar uma cumbuca de tanajura e dar uma pescada.

— João Gomes não pode ir não, Zé, disse Joaquinzinho. Além de machucado, está muito cansado, pois labutou todo dia mais o Jorge, para puxar do mato da reserva um camboatá para substituir o malho da Fábrica. Pudeira. Só com duas juntas de bois, abrindo picada. A corrente rebentava toda hora. O canzil da canga da junta de guia quebrou três vezes. E tinham que trazer a tora naquele mesmo dia. O velho, que estava no malho, não aguentava mais. Estava todo trinca-do, quase estraçalhando em lascas.

(...) vindos da capina do mandioccal, nas cabeceiras do córrego do Lucas. Semblantes tristes, cansados, empoeirados, conversavam. Ouviam-se de

quando em quando umas gargalhadas. Rangia a porteira do grande curral de baixo. Por ela passavam os ferreiros vindos da fábrica. Traziam nas mãos tição de carvão, para a tradicional fogueira de todas as noites. Joaquinzinho passava por eles, com um saco nas costas, levando meio alqueire de milho, para o moinho que ficava um pouco à frente da fábrica. Seu Thomaz fez as recomendações:

— Caprichar no tempero do moinho, para obter um fubá mais fino. Tirar as folhas da grade do bicame, verificar as colheres do rodízio que estavam bambas e muito cuidado com a moega ao despejar o milho. Seu Thomaz procura por Joaquinzinho. Quer falar com ele que daquele meio alqueire de milho que vai moer cinco litros são do João Venâncio e dez litros do Artur da Samambaia. É para cobrar o alqueire de todos dois. Quer também que separe a ôlha que Andreлина pediu para fazer bolo. Amanhã é dia de ajuntar as éguas para o costeio. Era um total de oitenta e tantas éguas.

(...) Já era noite. Seu Thomaz manda dizer a Sinhana para trazer o café que ela acabava de coar. Café torrado e pilado naquela hora. A Sinhana trouxe o café, serviu a todos e voltou apressada para ajudar Arminda a socar mais café torrado, no pilão. Socavam de dois. Duas mãos de pilão grandes e pesadas. Da varanda ouvia-se “tão-tum, tão-tum” do pilão. Pelas dez horas da noite, Zé Pena e os outros se encanhavam para a saída. Saíram pela porteira de baixo. Da varanda ouvia-se o tropel dos cavalos, saltando o córrego e estalos da taca na anca dos animais. Terminam assim os afazeres daquele dia. Labuta da vida da Fazenda. Vida do campo. Vida da roça. Quase todos já estavam dormindo. Os últimos, ainda de pé, se preparavam para deitar. Na cozinha Sinhana punha a bacia d’água para seu Thomaz.

Este é um passado que não repousa. Camadas de memória recolhem sinais que intrigam. “Seu Thomaz dono de tudo...” Na verticalidade de suas ordens, a interdição do diálogo. Na pretensa intimidade do convite ao café, a senha do proprietário que lutou

pela terra e venceu. No cotidiano da fazenda, a prescrição da diversidade e do conflito. Quem são os que partilham com Teófilo Thomaz o fim do dia de trabalho? Que princípios ou atitudes são negociáveis entre eles? O teatro de sombras que pesa sobre a Mata-Cavalo acolhe seus aplausos?

Os excertos selecionados remetem às relações entre trabalhadores e senhor de terras. São indicadores de que a sobrevivência torna-se quase uma concessão. Harmonia cruel, matriz de silêncio sobre as servidões que sustentam o custo do trabalho. Atitudes paternalistas que denegam possíveis espaços de direitos.

## Antes que outras vozes se calem

Espaços de direitos foram negados aos ex-escravos e seus descendentes, na luta pela terra. No desenrolar do conflito face a proprietários com suas certidões de posse, *“erguem sua própria história: nela estão inscritos seus direitos”* (Santos, 1985, p. 124). Por desconhecerem os caminhos a serem percorridos na busca da manutenção do patrimônio que lhes foi legado, e sem poder de força diante de fazendeiros da região, foram perdendo suas ter-

ras. Hoje, a maior parte deles vive espalhada na região de Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Serro e Diamantina. Mas ainda leva no coração a chama do último grande gesto de “Mãe Tança”.

Mãe-Géia é a terra concebida como elemento primeiro e deusa cósmica, segundo J. S. Brandão (1986, p. 185). Como densidade, fixação, condensação se opõe à dissolução. Géia suporta, enquanto Urano, o Céu, a cobre. Porque Géia é mulher e mãe, dela nascem todos os seres. Firmeza, submissão, doçura, são suas virtudes. Ela representa a virgem penetrada pela chaluva e pelo arado, fecundada pela chuva ou pelo sangue, que são sementes do céu, lembra o autor. Concede e retoma a existência. Por ser virgem e matriz da vida, Géia é nomeada a Grande Mãe. Géia-Mãe, Mãe Tança. Terra e mãe se identificam no simbolismo da dádiva.

De fato, quando José Raimundo, o mais velho dos descendentes de escravos, postado à soleira da porta de sua casa, estende seu olhar profundo sobre a imensidão das terras da fazenda e afirma que *“é mentira dizer que não; essas terras são minhas”*, está expressando a certeza de que continua dono de tudo que lhe foi deixado por ‘Mãe Tança’; que é muito mais do que os dois alqueires que legalmente possui. Advertido de que não tem documentação le-

gal que comprove ser ele proprietário de toda aquela extensão de terra, responde: *“não tem importância. As terras foram dos escravos. Hoje é nossa”* (Raimundo, 1991). E acrescenta: José Pereira quando fez o testamento foi ao Rio, entregando a D. Pedro *“um cacho de banana e uma rapadura, tudo em ouro, para os escravos não pagar imposto”*. Uma pausa tensa busca no passado algo precioso. De repente, com voz rouca, num tom patético, recita um trecho do testamento de Constança, onde é sagrada a doação. Trata-se de um conflito de direito, uma legitimidade interdita. Nos olhos luzidios, porém tristes, nas roupas por demais usadas, nos pés quase sempre nus, nos poucos gestos dos corpos maltratados, já está cunhada a história de cada um dos deles. Das bocas mal nutridas, saltam fragmentos do passado, relatos pungentes, folguados da infância, lembranças, dores, saudades... E assim se reconstituem parcelas da vida dessas pessoas na Fazenda do Mata-Cavalo. Os relatos vão lhes devolver a história *“em suas próprias palavras”*, conferindo-lhes um passado, forjando identidades. (Thompson, 1992, p. 337)

Em 21 de março – *“o ano não sei não”* –, nasceu Jovelina Moisés Pereira, hoje com cerca de 100 anos. Seu pai, Moisés Antônio Pereira, viveu 107 anos; era escravo e *“fazia de tudo”*. Solteira,

Jovelina lamenta que, dos seus 17 irmãos, apenas 3 estejam vivos: “*Estou aí sofrendo, sofrendo mesmo*”. Às vezes, toma uma cachaça com raízes curtidas, para “*tirar o câncer do corpo*”, e assegura os benefícios desse tipo de bebida: a cachaça com arnica, por exemplo, sara inflamação, quebradura: “*Cura tudo por dentro e tira porqueira*” (feitiço). Por sua vez, José Viana, 83 anos, insiste em morar sozinho, por não gostar de barulho: “*Eu não sou mulher*”. Ele é filho de Vitalino Fagundes Pereira e de Maria Camila Pereira, neto de Fagundes Pereira e de Carlota Pereira de Abreu, nasceu e foi criado na fazenda, onde suas avós foram escravas. De “*prosear*” ele gosta, mas faz questão do tom ameno: “*Quando ouço uma conversa muito alta, sumo para o mato*”.

Uma boa lembrança embala Marta Francisca de Jesus, 76 anos: quando menina, em noites de “*lua bem clara*”, reunia as companheiras para jogar peteca, feita de palha de milho. Neta de escravos – Regina e Diniz, Rufino e Bona –, ela foi criada por uma das avós, pois a mãe morrera cedo. Dos 5 filhos do primeiro casamento do pai, Francisco Diniz Pereira, apenas ela está viva. Dos 5 filhos do segundo casamento, 4 moram em Belo Horizonte, e uma em Morro do Pilar. É Maria Raimunda, hoje com mais de 65 anos. Viveu na fazen-

da até os 11, 12 anos, e, ao contrário da irmã, não teve tempo para brincar nem se lembra de ter ido a festas: a mãe ficara viúva, e eles viviam com “*muito sacrifício*”. A austeridade também marcou a vida de Sebastiana Camila de Jesus, que não gosta de dança nem de festa – “*de vez em quando, apenas olho*”. Hoje com 60 anos, Sebastiana nasceu e viveu no Mata-Cavalo, assim como seus pais, Vitalino Fagundes Pereira e Maria Francelina Pereira, e avós, Fagundes Pereira e Francelina Pereira.

Maria Ramira, 72 anos, conta que seu bisavô Eugênio já vivia na fazenda. Emília Cândida era o nome de sua avó; Leonel Pereira Soares e Jovelina Cândida Oliveira eram seus pais. João Viana, 67 anos, assegura ter documentos que comprovam sua idade. Seus pais eram Maria Camila de Jesus e Vitalino (“*Viana é apelido*”) Pereira. A avó Francelina Pereira fora escrava na fazenda.

O sofrimento que emerge dos relatos parece não incitar perturbações. Na vida primária, mais próxima à natureza, há como que uma acomodação às suas determinações, quer de doenças ou perdas familiares. Por outro lado, ouvimos os ecos das “*terras natais*” quando o entrevistado, em estado de desconforto, revela seu segredo: “*Sumo para o mato*”. Lugares de sociabilidades são evocados nas lembranças,

bem como constrangimentos, quem sabe, pudores disfarçados em ecos: “*Não gosto de dança nem de festa*”.

A fala pausada de João Viana marca os compassos da tarde. Na cadência das frases, ecoam vozes antigas. Ali está um escravo, aboiando; acolá, uma negra, debulhando milho; mais à frente, uma antiga escrava, ralhando com o bando de moleques que insiste em brincar perto do varal. A lavoura ensolarada colore o sorriso do poeta-fazendeiro José Pereira de Abreu e Lima, por demais amante da natureza e da alegria para tomar os caminhos que o diploma de medicina lhe indicara. A seu lado, a filha Constança observa o movimento – cargueiros de milho e de café se preparam para mais uma viagem a Morro do Pilar. João Viana retrocede ainda mais no tempo e nos conduz ao início do núcleo escravo: “*a história do povo do Mata-Cavalo*” começou na África; eram de lá os dois casais de negros que José Pereira comprara para trabalhar na fazenda. E os mais velhos explicavam sua condição de escravos pelo fato de trabalharem “*muito e com o chicote em cima*”.

O depoimento de Maria Francisca aponta no sentido contrário: os escravos do Mata-Cavalo “*nunca fora maltratados... foram criados que nem filho com pai*”. O fato é que eles ali viveram, tive-



ram seus filhos, netos, bisnetos, e o sobrenome Pereira, do primeiro dono da fazenda, foi por eles adotado, como se constituíssem uma só família.

Já é noitinha quando um negro passa defronte à igreja e faz o sinal da cruz. Na casa de comércio – a venda – os últimos fregueses se despedindo. Nascido e criado em Mata-Cavalo, ele a considera a sua “*cidade natal*”. Na memória, ecos das numerosas e “*juntinhas*” casas dos escravos que se espicham em lânguidos cordões, arremedando ruas. Bem adiante, vozes de crianças recitam “*pontos*” na escola. Sentada à porta da casa, uma negra explica ao filho que, por haver “*muita gente ruim*”, foi levantada a forca: os que matavam, nela eram enforcados – e na hora. Vêem passar um mestre de catopê: em dia de festa, a população da “*cidade*” aumentava, e Mata-Cavalo “*escurecia de gente*”.

Maria Francisca é quem narra: “*a fazenda era muito bonita*”. Para além do horizonte, estendiam-se as plantações de milho, de mandioca, os pés de banana, de café... Saíam de lá cargueiros e mais cargueiros de café e de milho, para serem vendidos em Morro do Pilar, cidadezinha próxima, onde também eram enterrados os mortos do Mata-Cavalo. Sim, os mortos é que saíam para ser enterrados, pois os vivos permaneciam circunscritos

ao universo da fazenda. A prática dos casamentos em família era usual: os pais de Maria Francisca, por exemplo, eram primos; Sebastiana conta que havia até casamento de “*irmão com irmã*”. Os costumes eram severos, lembra Maria Raimunda, e passa a relatar seu namoro: tímido, o rapaz, um trabalhador da fazenda, aproximava-se da porta da casa. Ali permanecia em silêncio. Não falava sobre o dia que tivera, o sol, o cabo da enxada, a colheita, a poda, outra coisa qualquer. Não falava do amor que sentia, dos sonhos que alimentava – se é que os tinha. A resposta era, também, sem palavras: dentro da casa, sentada num banco, Maria Raimunda sonhava em silêncio. Namoravam “*só olhando*”, não tinham permissão para ficar “*na sala, conversando*”. Mais tarde, o rapaz ia embora, ela ia dormir. Tempos depois, eles se casaram.

No Mata-Cavalo, a vida brotava da terra. Muitos tinham “*chácaras boas*”, onde plantavam banana, café, milho, cana, e, como produziam mantimentos, não precisavam de comprar muitas coisas. Jovelina lembra o cheiro de café moído esquadrihando a casa. Na madrugada fresca, o galo despertava o mandiocal esguio, enquanto as bananeiras arfavam pesadas como mulheres prenhes; um resto de vento noturno esbarrava em túrgidas laranjas, encharcadas de

sono. A irmã mais velha já ia preparar a mandioca para fazer farinha. Jovelina ia cuidar da horta. Hoje, tudo é muito diferente. Jovelina já não vive da terra, mas do pagamento que recebe mensalmente do FUNRURAL, e afirma, direta e perplexa: “*Estou aí, à toa*”.

Na manhãzinha inda escura, a menina corre até o terreiro, atrás do pai. Ele, porém, já vai longe. Maria Francisca passaria longos anos vendo o pai trabalhar continuamente, entre os pés de cana, de mandioca, de banana, pelos alqueires de milho. Às vezes, produzia além do gasto, e sobrava para vender em Morro do Pilar. De lá, ele trazia os mantimentos de que não dispunha no Mata-Cavalo. Também José Viana trabalhou muito – “*e duro*”. Indagado sobre a vida em Mata-Cavalo, ele resume: “*Não aprendi quase nada de dentro de casa, de conversa, de fazenda*”.

A madrugada acordava o menino de 8 anos, para ir trabalhar. Em troca de “*um tostão*”, ele passava o dia fora, plantando banana, cuidando de criação, trabalhando para os outros. Tangidos, os ciclos de muitas vidas, no Mata-Cavalo, se arremessavam sobre o tempo, atçados pela necessidade de sobreviver.

Não era muito diferente na casa de Maria Raimunda. Ali, atingir os 7 anos de idade significava começar dupla jornada: as

crianças trabalhavam tanto em casa, quanto fora, “na enxada”. A família plantava muito – “era batata, cana, mandioca, era banana, era inhame”... A vida do pai de Maria Raimunda se estendeu por uma bela “lavoura formada”, que se espalhava pelas terras que ele fora adquirindo de famílias a quem prestara alguma forma de ajuda. Chegou a ser dono de 5 ou 6 quadras de terra, “na mata e cá embaixo também”. Nessa altura, Mata-Cavalo já estava no seu segundo dono, Teófilo Thomaz. Ele recomendou ao pai de Maria Raimunda que “descesse” para plantar, e as terras de cima “ficaram para lá”. Além disso, embora tivesse o registro das terras, seu pai “não ligava”. Depois que ele morreu, o gado entrou na lavoura e destruiu tudo. A viúva mudou-se para Belo Horizonte. Maria Raimunda permaneceu em Mata-Cavalo e voltou-se inteiramente para a terra. Por trás das dificuldades, viu brotar de novo o mandiocal, multiplicarem-se os cachos de banana, apontarem novamente as espigas de milho, assentarem-se as batatas sob a terra. “Tudo na terça”.

A lembrança da luta pela sobrevivência entristece Sebastiana. Muitas vezes, ela e os irmãos tiveram de beber água com sal para não morrer, enquanto aguardavam ajuda. O pai era doente. A mãe ia, toda esfarrapada, trabalhar na roça. Tão esfarrapada

que uma pessoa amiga, a Zina, chegou a costurar para ela algumas roupas. À tardinha, a mãe voltava trazendo comida. No terreno, que “era de todo o mundo”, havia banana, mandioca, milho; às vezes, chegavam a vender pequenas quantidades (quartas) de farinha de mandioca, feita artesanalmente. O amigo Manoel Nunes também ajudava – “a gente ia lá, pequenininho, pedir banana” –, assim como a Benedita, que cozinhava batata, inhame, mandava café – “mulher boa que só vendo”. A situação era muito difícil. Sebastiana acabou indo trabalhar e morar na casa do patrão, na cidade, “Nhozinho” Thomaz, que criava “uma porção de gente”. Era casado com D. Rosa, que nascera em Pará de Minas. Sebastiana foi para lá com 11 anos e o “dinheirinho” que ganhava era todo entregue à mãe. Ela não sabia que mais de 50 anos de sua vida se passariam sob aquele teto, onde ajudaria a criar o professor José Batista e seus irmãos; depois, seus filhos, “Têm muita consideração comigo”, afirma Sebastiana, e, tímida, conclui: “Tenho até vergonha”.

A par da luta pela sobrevivência, havia o esforço para adquirir um mínimo de instrução: a escola implantada pelo primeiro dono da fazenda era freqüentada pelos escravos; a maioria, no entanto, tinha dificuldade para aprender. Jovelina lembra a lo-

calização da escola – “ficava nos esteios, no mato” –, mas já não se recorda de nada do que estudou. D. Rosário era o nome da professora no tempo de Maria Raimunda, que já estava casada quando procurou a escola; apesar do esforço, ela não conseguiu aprender quase nada. Maria Francisca não chegou a aprender a ler, por causa de problemas de vista; aprendeu apenas a fazer contas simples. No seu tempo, acrescenta, eram poucos os que sabiam ler.

Ana e Constança se aproximam da fogueira, ecoa uma lembrança solta das histórias ouvidas na infância. O pai não desgruda os olhos da dança, que varra a madrugada. Toninho e Amélia também não: seus filhos, Francelino e Carlota, reinam no terreiro, junto com os de Patrício e Mafalda. Na solidão da fazenda, aumentava, dia-a-dia, a prole dos escravos. Com o endosso da família do patrão, os negros cortavam a noite com o ritmo de uma dança dramática, a qual resuscitava danças e cantos nascidos na África: era o catopê. Mais de uma versão sobre ele rolava, de boca em boca, no Mata-Cavalo. Segundo João Viana, sua avó é quem mandou fazer os caxambus, instrumentos de percussão do catopê, a fim de que, nas folgas, as moças e os rapazes da fazenda não saíssem “para passear na cidade, em parte nenhuma... para

*ficarem brincando ali, em volta da casa, à noite; a maioria ficava fiando algodão no tear e batendo catopê". Há, também, a versão religiosa: Deus morava na Terra. Fez este mundo em 5 dias, por isso ninguém trabalha sábado. "Quando Deus mais Nossa Senhora morreram e mudaram para o céu, já subiram com o catopê batendo" para levá-los.*

Nos terreirões do Mata-Cavalo, surgiram, então, os grupos que, no antigo arraial de Morro do Pilar, integravam as comemorações de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. "Desses negros, restam seus descendentes, netos, bisnetos e tataranetos, que conservam muito da linguagem africana" (Piló, 1980). Diz João Viana que esses dois santos negros foram escolhidos como protetores dos escravos do Mata-Cavalo.

Lá, nos "tempos antigos" batia-se catopê na fazenda quase todos os sábados e em espaços diversos: dentro de casa, nos terreiros, na rua: "chegava na casa do sinhô, batia um tempo; chegava na casa de outro, batia também um tempo". Alguns cantos iam surgindo na hora; outros eram passados aos jovens pelos mais velhos:

*"Eu chorei a noite inteira p'ra ajudar meus filhos, ninguém te deu a mão. Tu tratou aí da cozinha, e a mesa arrumada, todos comemos. E agora 'tô aí: tirei um, não quer, o outro não me quer.*

*Eu fechei a minha porta e entrei p'ra casa adentro".*

*"Sai, sai, não saiu. Sai, sai, não saiu. Sai, sai. Ô, cadê marimbondo? Ele me mordeu. Ô, cadê marimbondo? Ele me mordeu".*

*"O menino pequetito, com 'quiçomba' na carcunda, perguntaram onde vai, vô em 'samba' de Macota. Ai, ai, ai, ai, ai, ai. Macacu assobiou, o macaco levantou. Ai, ai, ai, ai, ai, ai".*

*"Ô candinha na horta não come couve, candinha na horta não come couve. Êêêêê... ei - eieiê... candinha da horta não come couve".*

No terreiro cheio de lua, os caxambus conversam: "José, o menor, 'fala mais fino', 'Maria', o maior 'fala mais grosso'." O ritmo conduz os quatro negros que iniciam a dança e vai contagiando a pequena multidão. Um se aproxima, mais outro e outro, uma grande roda se forma no centro do terreiro. Um mais velho se levanta e se posta atento: quando há muitos dançando, é necessário que alguém fique de fora, para ver se tudo está de acordo, pois não se pode quebrar o ambiente de fé. "À toa ninguém dança" – avisa José Viana. "É um canto de louvação. Se a pessoa está mal, faz promessa de festejar São Benedito e sara". Na festa desse santo, bate-se catopê na bandeira e na casa do festeiro; um canta, outro responde, e a dança vai "esquentando... pode tomar uma miudinha [cachaça], mas pouquinho". Entretanto, Maria Ramira garante: "Danço com o juí-

zo perfeito". Já na festa de Nossa Senhora do Rosário, bate-se catopê durante a procissão. Hoje porém, não há procissão – a rua ficou "grande" e é preciso ser forte para agüentar o peso dos caxambus.

Maria Francisca conta que, já de madrugada, na hora da despedida, "eles cantavam muito bonito... um verso para o padre. Sinhô padre, vestido de resplendores,/um dia inda lhe vemos/como um santo nos andores. Eles agachavam no chão para cantar, todo o mundo admirara e ficava impressionado".

José Viana relata a história dos dois caxambus que guarda com carinho: ao cavar o chão para fazer os alicerces de sua casa, ele deu com pedaços de madeira de antigos caxambus. Naquele local, muitos anos antes, havia os restos de um barracão onde morara um tio seu, provavelmente o dono dos instrumentos. "Então, os meninos do camarada 'Quinzinho' apanharam direitinho, arrumaram para mim, José Tomás arrumou, me vendeu, eu oleei". Há 30 anos Viana guarda os instrumentos; hoje, afirma: "No dia que eu estiver para morrer, faço um buraco, enterro eles para ninguém mais ver". De cedro, "madeira cara", é que se faziam os caxambus. Couro de cotia, de porco, de bezerro novo eram, originalmente, usados nos instrumentos. Nos caxambus de José Viana, foi colocado couro de boi; na última fes-

ta, como o couro havia furado, foi colocado couro de bezerro velho, mesmo. “*Todo ano, arrumo tudo*”.

No tempo de Sebastiana e de Maria Francisca, quando se batia catopê, elas não dançavam; Maria Raimunda gostava apenas de ver; Jovelina conta que “*só os grandes dançavam*”. Maria Ramira sente: “*Agora tem pouca gente – foram morrendo*”. No Mata-Cavalo de hoje, vez ou outra, os poucos que sabem bater catopê reúnem-se para dançar. Já não o fazem à luz do dia nem nos espaços abertos, mas dentro de casa e à noite, e justificam: “*É melhor... porque, de dia, a gente fica com vergonha*”. “*Foi-se acabando tudo, ninguém sabe de que jeito foi*”, narra Sebastiana. Quem permaneceu no Mata-Cavalo foi José Raimundo, que “*procurou advogado na comarca de Conceição do Mato Dentro e continuou a demanda*”. Entretanto, “*ele também não está podendo mais nada*”. Só se “*a coisa ficar com os que estão vindo*”.

O eixo dessa narrativa não trata de ex-escravos e descendentes em busca da liberdade de escolha de emprego, na singular conjuntura do pós-abolição e primeiros anos de assentamento mais preciso de relações capitalistas de produção. Mas aponta na direção de tensão e conflito na luta pela terra. Todavia, a memória da propriedade formalizada juridicamente permanece ativa, com riqueza de desdobra-

mentos. Enquanto a memória dos ‘deserdados’, prenhada na experiência dos descendentes, configura estreitas frestas, lembranças encolhidas que, não raro, recusam-se a aflorar.

A perda deixou marcas cuja legibilidade, contraditoriamente, incide na própria perda das lembranças. Fala-se em assassinatos, expulsões. Porém, são murmúrios, quase inaudíveis, dado o circuito fechado do poder de dominação sobre a trajetória dos herdeiros. Pequenos sinais, imagens soltas, gestos esboçados decifram textos não elaborados. É como se as lembranças se encolhessem à moda da vida dessas “*criaturas humildes e humilhadas*”. Entretanto, algumas lembranças nos conduzem, por atalhos, à experiência de vida na fazenda.

Roças e hortas são plantadas em regimes, também, de parcerias. São cultivados milho, café, algodão, mandioca, banana e cana. Transportados em cargueiros, são comercializados na cidade de milho e café. Segundo C. F. Cardoso, tais regimes no interior do sistema escravista visavam diminuir os custos com a manutenção e reprodução da mão-de-obra (Cardoso, 1987). O que se pode inferir da continuidade da prática, para minimizar gastos com os trabalhadores, após a abolição. Esses lugares de trabalho (Reberioux, 1992, 49), representam, ainda, uma dimensão

simbólica, pois configuram sua posição face à propriedade e ao capital. Costumam selar pactos de companheirismo, mesmo quando “*com chicote em cima*”, ou sem “*maltratos*”. As negociações entre escravos e senhores já fazem parte integrante da literatura historiográfica contemporânea.

Todavia, há outros lugares simbólicos, cujo estatuto expressa a moral vigente repressiva e de caráter punitivo privado. É o caso da força, cuja ameaça ostensiva já pode coibir ações. Também o corpo, interdito em seus desejos, torna-se simulacro de virtude e honradez. Domes-ticado para o trabalho, assume atitudes de constrangimento, quando reconhecida sua capacidade de prestar “*bons serviços*”. Talvez, o contato face a face engendre um sentido de “*vergonha*” diante de autoridades instituídas. Ou pode ser a internalização de um padrão de modéstia.

A religiosidade matiza as relações entre Igreja e manifestações de origem na África imemorial. Santos católicos são sagrados protetores dos negros e festejados com atabaques (caxambus), em procissões. Deste modo, festas e danças instituem lugares de sociabilidade que acolhem encontros solidários. Mas, o que nos informam suas cantigas? Que registro de interações comunicam? O que mudou? O que permanece?

Se não é possível presentificar

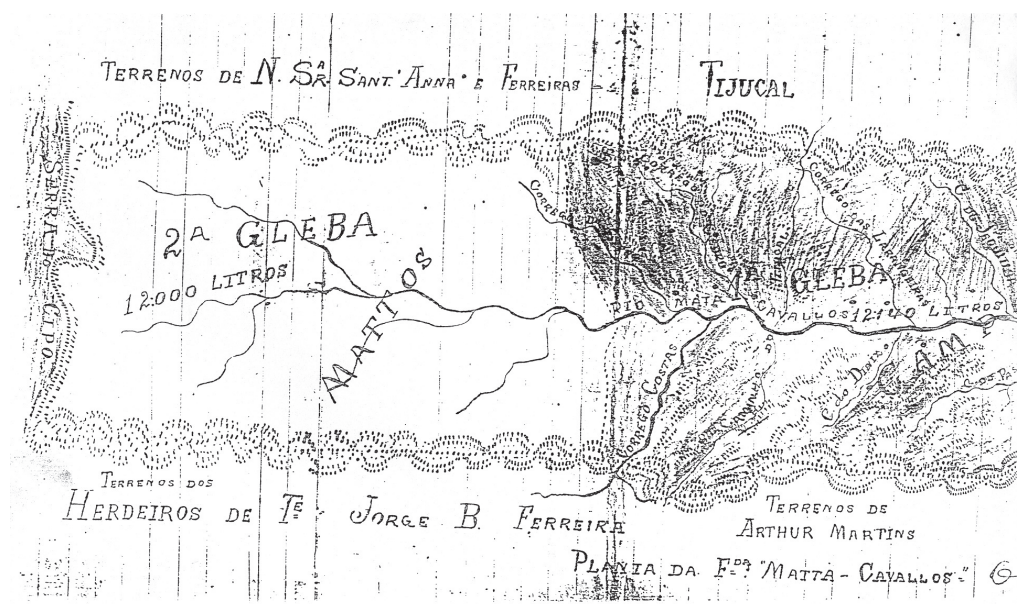
o passado, porque a rua ficou “grande” ou “foi-se acabando tudo”, essas lembranças valem pelo que criam. Produzem vínculos identitários e perfilam o fazer-se sujeito, através das próprias palavras que vão construindo sua história.

Concebemos uma memória dos descendentes de escravos da Fazenda do Mata-Cavalo. Tentamos cavar fundo o subterrâneo de suas experiências ancestrais, representantes de seu elo identitário com o passado. Seduzidos ficamos “*pelas nascentes, aquela escura e misteriosa região das ‘Madres’ – de onde ascende à superfície da terra tudo que tem figura e vida*” (Holanda, 1991, p. 453). Mas a continuidade do silêncio provoca a permanência de uma situação cristalizada. Então, rompermos este amálgama de impossíveis interseções, criando senhas de

intervenção. Sobre um fundo de identidades fragmentadas descobrimos fios rotos, trançados numa dupla interdição. A da terra herdada e perdida; a das marcas sociais excludentes: cor da pele, desqualificação profissional, miséria, etc. Tal herança inscreve-se numa instância simbólica de relação com o outro, em que conotações de resto, de sobra, de refugio representam o itinerário das jornadas sociais do grupo.

Para Le Goff, “... a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”

(Le Goff apud Garcia, 1992, p. 172). Desta forma, a servidão anônima das classes subalternas parece exigir habitações onde memória e identidades incitem o espaço político da diferença, negando formulações culturais hegemônicas. Assim, a história que só nos permitia “*chorar pelo rei Carlos I sobre o cadafalso*”, convidava-nos a partilhar o sofrimento dos excluídos da memória do poder (Thompson, 1992, p. 335). Mas, como articular relações novas entre passado e presente, capazes de engendrar identidades coletivas diferenciadas, e mesmo contraditórias? Como interpelar o tempo e a história, interrogando sobre a construção “*de identidades coletivas que sejam o território da diversidade, do conflito e da criação incessante de novos direitos*”? (Garcia, 1992, p. 174). Em discussão, a cidadania.



## Referências bibliográficas

1. BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1986. v. 1.
2. CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravos ou camponeses? O protocampesinato negro das Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
3. GARCIA, Marco Aurélio. Tradição, memória e história dos trabalhadores. In: DIREITO à memória. São Paulo: DPH, 1992.
4. GROSSI, Yonne de Souza. Constança do Serro Frio. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1991.
5. GUATTARI, Félix. **Caosmose**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
6. HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Mouton, 1976.
7. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Posfácio à edição de Fausto**. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.
8. IBGE. **Informações básicas**. Belo Horizonte: IBGE, 1982.
9. IDENTIDADE e memória. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 95, out./nov. 1988.
10. LEVI-STRAUS, Claude. **La identidad**; seminário. Barcelona: Petrel, 1981.
11. LIBBY, Douglas Cole. **Transformações e trabalho em uma economia escravista; Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
12. LIMA, Constança Fortunata de Abreu e. **Testamento e inventário**. Conceição do Mato Dentro: Cartório do 2º Ofício, 1883.
13. LIMA, José Pereira de Abreu e. **Testamento**. Conceição do Mato Dentro: Cartório do 2º Ofício, 1857.
14. MARTINS, Fábio. Os negros da Fazenda Mata-Cavalo e o sonho de Mãe Tança. **Revista Minas Gerais**, n. 20, 10 out. 1989.
15. MATOS, C. A. V. **Indagações e notícias sobre Morro de Gaspar Soares**. Diamantina: G. A. Estrela Polar, 1921.
16. MATOS, Olgária. Memória e história em Walter Benjamin. In: DIREITO à memória. São Paulo: DPH, 1992.
17. MORAIS, Geraldo Dutra de. **História de Conceição do Mato Dentro**. [s. l.]: [s. n.], 1942.
18. MOURA, José Batista de. **Nestas bruacas de couro cru; lembranças do cotidiano de uma fazenda mineira**. (Manuscrito cedido pela família)
19. NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogos de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993.
20. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
21. PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania; o direito ao passado. In: DIREITO à memória. São Paulo: DPH, 1992.
22. PILÓ, Conceição. **Cultos e tradições de Conceição do Mato Dentro**. [s. l.]: Gráfica Editora de Engenharia, 1980.
23. RAIMUNDO, José. **Relatos pessoais**. [s. l.]: [s. n.], 1991. (Trabalho de campo – Histórias orais coletadas dos descendentes dos escravos)
24. RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da memória operária. In: DIREITO à memória. São Paulo: DPH, 1992.
25. SANTOS, Sônia Nicolau. **A procura da terra perdida; para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha**. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política UFMG, 1985. (Dissertação de Mestrado)
26. THOMPSON, Paul. **A voz do passado; história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

# A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NAS CANTIGAS MEDIEVAIS

Ana Maria Coutinho

Departamento de História da PUC•Minas  
Mestranda em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC•Minas

*“... amar é uma obrigação;  
e quem não ama não passa de um morto-vivo ...”*  
Bernard de Ventadour

## RESUMO

*O presente trabalho tem como objetivo a análise de duas cantigas de Juyão Bolseiro, uma de amor e outra de amigo, e de uma cantiga de maldizer de Rui País de Ribela.*

*O estudo tem a preocupação de observar a representação da mulher cantada pelos trovadores, evidenciando as suas diversas facetas.*

O mundo medieval é construção dos homens, do guerreiro, do combatente. Marcado pela ótica masculina, com conceitos e valores determinados pela arte de guerrear, pela institucionalização da lei da força e do mando. Criação de relações entre homens/mulheres, apenas sacramentadas para legitimar a procriação.

Os homens decidem e ordenam à revelia das mulheres. Um desses sinais de submissão já foi indicado por um historiador da questão feminina: “(...) em sinal de submissão deveria manter sempre os cabelos longos. Não podia até mesmo falar nos lugares de culto”. (Macedo, 1990)

O universo medieval construiu a imagem da mulher de duas maneiras distintas: como a santa, pura e imaculada, ou como a prostituta, a Eva que um dia traiu a humanidade. Pois bem, por conta dessa mentalidade dos homens e da Igreja, a mulher não era tratada com respeito.

Era até mesmo desprezada por sua incapacidade de organizar a guerra e por sua incompetência para administrar não apenas as coisas que diziam respeito ao mundo dos homens, como também as suas próprias vidas. À mulher é reservado o mundo da procriação e educação de filhos: “(...) *finalmente, tudo converge para que a mulher só seja levada em consideração enquanto mãe, enquanto genitrix*”. (Duby, 1989, p. 228)

Com o advento de melhores condições de vida decorrentes do desenvolvimento da produção agrícola, do crescimento do comércio e do aumento populacional, a sociedade medieval possibilita o aparecimento da arte trovadoresca em seu interior. Com a função de fortalecer mais e mais o poder do senhor feudal junto aos seus pares, e ainda com a função de agradar as reuniões sociais, o trovador canta e enaltece a figura feminina. Mas é a senhora-dama, a “mulher proibida” que tanto seduz as rodas e saraus, que será cantada pelo trovador. A citação que se segue esclarece um pouco melhor isso: “*É um amor adúlterino. O seu objetivo só pode ser uma mulher casada*”. (Bonnassie, 1985, p. 31)

A partir do século XII, então, a imagem da mulher “desconhecida”, “velada”, ganhará um espaço novo na sociedade em estudo. Dela se fará um traçado dife-

renciado ou, quem sabe, uma nova construção do que de fato a mulher representa. É com o intuito de detalhar e apresentar melhor o que foi a criação da mulher medieval, que tomarei como objeto de estudo as cantigas trovadorescas.

A poesia galego-portuguesa possibilita apreender, através do cantar dos trovadores, a mentalidade da sociedade da época medieval e permite compreender a evolução da própria literatura moderna. Nas cantigas medievais, observa-se a figura feminina sendo apresentada e representada nas suas múltiplas facetas.

Desta maneira, percebe-se muitas vezes nas cantigas de amigo o trovador falando em nome da mulher e, geralmente, do sentimento de paixão, amor, saudade, etc., do namorado, permitindo-nos, inclusive, pensar a mulher sem direito a voz.

Já nas cantigas de amor, o trovador empreende a confissão dolorosa, e quase elegíaca, de sua angustiante experiência passional frente a uma dama inacessível aos seus apelos, entre outras razões por ser ela de superior estirpe social, enquanto o homem era, quando muito, um cavaleiro a serviço do seu senhor ou um fidalgo decaído.

As cantigas de escárnio e maldizer contam, de maneira irônica e às vezes grotesca, aspectos par-

ticulares da vida da corte e da boêmia jogralesca. A sua linguagem revela-nos uma sociedade constituída por jograis da corte, cantadeiras, soldadeiras (bailarinas), fidalgos e boêmios. Parece que é da mulher “livre” e “descompromissada” que fala o próprio texto.

O presente trabalho tem como objetivo a análise de duas cantigas de Juyão Bolseiro, considerado um dos maiores poetas do século XIII, sendo uma de Amor e outra de Amigo, e de uma cantiga de Maldizer de Rui Pais de Ribela, conhecido como freqüentador da corte de Afonso X. O estudo tem a preocupação de observar a mulher que é cantada pelos trovadores, bem como suas possíveis facetas que afloram dos corações destes, que tanto encantaram os salões dos senhores feudais. Estou ciente, no entanto, de que a amostragem é bastante limitada para as nossas pretensões.

Desenvolverei o trabalho partindo de considerações e observações quer do âmbito da estrutura do significante, quer do âmbito da estrutura do significado. Como diretriz metodológica, recorro a aspectos referentes à psicanálise, no que diz respeito ao desejo, à falta, à sedução, à paixão não correspondida, entre outros.

Especificando o *corpus* de minha análise, as cantigas em estudo são as seguintes:



**A) Cantiga de amor**

Senhor fremosa, des aquel dia  
que vus eu vi primeyro, des enton  
nunca dormi com'ante dormianem ar dor fui  
le'e vedes porqu  
non: cuydand'en vós e non en outra ren  
e desejando sempr'o vosso ben.

E sabe Deus e Santa Maria  
que non am'eu tant'al eno coração  
Quant'amo vós, nen ar poderia,  
e se morrer, poren farey razon  
cuydand'en vós, e non en outra ren  
e desejando sempr'o vosso ben.

E ant'eu já (a) morte querrya  
ca vyver com'eu viv'à gran sazone mnha mor-  
te melhor mi seria  
ca vyver mays assy Deus mi perdon  
cuydand'en vós, e non en outra ren  
e desejando sempr'o vosso ben.  
Ca vós sodes mnha coyta e meu bem  
e por vós ey quanta coyta mi ven.

**B) Cantiga de amigo**

Sen meu amigo manh'eu senlheira  
e sol non dormen estes olhos meu  
e, quant'eu posso, peç'a luz a Deus  
e non mi-a dá per nulha maneira,  
mais, se masesse con meu amigo,  
a luz agora seria migo.

Quand'eu con meu amigo dormia,  
a noite non durava nulha ren,  
e ora dur'a noit'e vai e ven,  
non ven (a) luz, nem pareç'o dia,  
mais, se masesse con meu amigo  
a luz agora seria migo.

**Tradução:**

Senhora formosa, desde aquele dia  
em que eu vos vi primeiro, desde então  
nunca dormi como antes dormia  
nem tão pouco fui alegre e vedes porque não:  
Pensando em vós e em nenhuma outra coisa  
e desejando sempre o vosso bem.

E sabe Deus e Santa Maria  
que não amei eu tanto outra pessoa no coração  
quanto vos amo, nem tão pouco poderia,  
e se morrer, por isso terei razão  
Pensando em vós e em nenhuma outra coisa  
e desejando sempre o vosso bem.

E antes eu desejaria a morte  
do que viver como eu vivo há muito tempo  
Seria melhor a minha morte  
do que viver mais assim, Deus me perdoe  
Pensando em vós e em nenhuma outra coisa  
e desejando sempre o vosso bem.  
Pois vós sois meu mal e meu bem  
e por vós tenho todo o sofrimento que me vem.

**Tradução:**

Sem o meu amigo sinto-me sozinha  
e não adormecem estes olhos meus.  
Tanto quanto posso peço a luz a Deus  
e Deus não permite que a luz seja minha.  
Mas se eu ficasse com o meu amigo  
a luz agora estaria comigo.

Quando eu a seu lado folgava e dormia,  
depressa passavam as noites; agora  
vai e vem a noite, a manhã demora;  
demora-se a luz e não nasce o dia.  
Mas se eu ficasse com o meu amigo  
a luz agora estaria comigo.

E, segundo, com'a mi parece,  
comigo man meu lum'e meu senhor,  
ven log'a luz, de que non ei sabor,  
e ora vai (a) noit'e ven e cresce,  
mais, se masesse con meu amigo,  
a luz agora seria migo.

Pater nostrus rez'eu mais de cento  
por aquel que morreu na vera cruz,  
que el mi mostre mui ced(o) a luz,  
mais mostra-mi as noites d'avento,  
mais, se masesse con meu amigo,  
a luz agora seria migo.

### C) Cantiga de maldizer

A donzela de Biscaia  
ainda mi a preto saia  
de noit' ou luar!

Pois m' agora assi desdenha,  
ainda mi a preto venha  
de noit' ou luar!

Pois dela são maltreito,  
ainda mi venha a preto  
de noit' ou luar!

Diferente é a noite quando me aparece  
meu lume e senhor e o dia me traz;  
pois apenas chega logo a luz se faz.  
Vai-se agora a noite, vem de novo e cresce.  
Mas se eu ficasse com o meu amigo  
a luz agora estaria comigo.

Padres nossos já rezei mais de um cento  
implorando àquele que morreu na cruz  
que cedo me mostre novamente a luz  
em vez destas longas noites de advento.  
Mas se eu ficasse com o meu amigo  
a luz agora estaria comigo.

### Tradução:

A donzela de Biscaia,  
nunca ao meu encontro saia  
de noite, ao luar!

Se ela agora me desdenha,  
nunca ao meu encontro venha  
de noite, ao luar!

Se ela agora me amesquinha,  
nunca a encontre eu sozinha  
de noite, ao luar

A cantiga de amor em destaque trata do sofrimento decorrente do amor, da paixão e do desejo do trovador pela mulher amada. O poeta estrutura os versos do poema realçando o próprio clímax de sua dor de amor. Intercala versos eneassílabos com decassílabos, produzindo efeitos de encantamento e, ao mesmo tempo, uma certa tensão rítmica, enfatizada pela presença de versos decassílabos no refrão e na fiinda. A estru-

tura rítmica do poema é composta com cuidado e habilidade, a fim de o tornar mais melodioso e sedutor a quem o ouve, cumprindo um dos propósitos da cantiga. Por isso, as rimas observadas nas cantigas embelezam e dão harmonia ao poema.

Em relação à estrutura das estrofes, observa-se na cantiga de amor a ausência de paralelismos e de encadeamentos. Por outro lado, a presença do refrão auxilia na

compreensão da mesma, enquanto a fiinda é apenas um acabamento usado pelos trovadores para finalizar e concluir melhor as suas cantigas.

A cantiga de amigo de Juyão Bolseiro apresenta versos decassílabos em todas as suas estrofes, demonstrando uma certa tensão rítmica, enquanto o refrão é composto de versos eneassílabos, sugerindo um efeito atrativo, bem como a proposta de uma alterna-

tiva para a situação aflitiva da amada.

As rimas das estrofes estão dispostas dentro do seguinte esquema: ABBA. Trata-se de rimas emparelhadas, como no caso dos segundos e terceiros versos (BB), e interpoladas, já no caso dos primeiros e quartos versos (AA). Sugerem, quem sabe, aproximações e distanciamentos entre os próprios amados.

A cantiga de maldizer, de Rui Pais de Ribela, apresenta três estrofes formadas por versos, heptassílabos, tão comuns nas cantigas populares medievais.

É interessante observar que, apesar da simplicidade da cantiga, ela propõe um jogo em que o amado, embora desprezado pela amada, busca estratégias para possuí-la.

As cantigas de amor, de amigo e de maldizer, em estudo, colocam a mulher como centro da atenção, com suas inúmeras máscaras, ora reveladas aos nossos olhos, ora veladas pelo próprio cantar dos trovadores. Elas têm, como um de seus objetivos, enaltecer a mulher amada, cantar os seus desejos frente ao amante e namorado. E ainda maldizer a mulher que tanto relegou a um último plano o amado. Dentro dessa linha de pensamento, pretendo desenvolver a presente análise, na perspectiva de tentar conhecer e compreender a mulher que encanta, enfeitiza e até mata o homem de tan-

to amor. E, nesse sentido, determinei no estudo da cantiga de amor, num primeiro momento, e da cantiga de amigo num segundo momento, concluindo com a cantiga de maldizer.

Através da voz do trovador, percebe-se, na cantiga de amor, o sentimento de aflição, incômodo e melancolia, diante da falta que a amada provocou em todo o seu ser. A falta da amada parece se relacionar com o momento em que os olhares do amado se depositam sobre ela, para dela nunca mais querer esquecer e, quem sabe, nunca substituí-la por outro objeto de desejo: *“Tudo começa por um olhar lançado. A metáfora é a de uma flecha que penetra pelos olhos, crava-se até o coração, incendeia-o, traz-lhe o fogo do desejo”* (Duby, 1990, p. 228). Na primeira estrofe fica bem visível tal momento:

*“Senhor fremosa, des aquel dia  
que vos eu vi primeyro, des enton  
nunca dormi com’ante dormia  
nem ar fui le’e vedes porqu’ non:  
cuydand’en vós e non en outra ren  
e desejando sempr’o vosso ben.”*

Observa-se também, ao longo do poema, a relação passado e presente, estabelecida no instante em que o amado reteve na sua memória a imagem do primeiro dia em que viu a amada. E demonstra, no tempo presente, a sua determinação e jura de jamais amar outra mulher que não esta

por quem tanto sofre. Prefere a morte a viver sem a presença da amada. Aliás, não pensa o amado em buscar novos estímulos e substitutos deste objeto de desejo, revelando uma atitude obsessiva.

Deve-se realçar a ambigüidade instalada no poema com a fiada: *“Ca vós sodes mnha coyta e meu ben/e por vós ey quanta coyta mi ven.”* Com efeito, o amor, que é o espaço do bem, da euforia, do êxtase, da luminosidade e dos anseios do amado frente à mulher amada, converte-se no espaço da dor, das trevas e do desejo de morte. Entretanto, mesmo com a falta da amada, não lhe quer o amado mal nenhum, desejando-lhe, ao contrário, todo o bem.

É interessante destacar que a tristeza e todo o sofrimento do amado fazem da cantiga um rito de penitência. Provavelmente, este ato de penitência a que se submete o amado reforça ainda mais o seu desejo de amor e o retrato idealizado da mulher amada. A infiltração da ideologia religiosa na sociedade medieval foi bastante acirrada. E daí a forte presença do divino nas relações amorosas e nos sofrimentos de amor. Aliás, o sentimento de amor é sagrado e sublime; portanto, passível de morte.

As questões que me coloco são: quem é esta mulher tão desejada pelo amado, a ponto de fazê-lo preferir a morte a viver sem ela? Até que ponto o sentimento de fal-

ta e a incompletude fortalecem este desejo de amor?

A cantiga em estudo pouco me esclarece acerca de quem é esta mulher, todavia insinua, por meio do sofrimento do amado, ser uma mulher altiva, distante, idealizada ou, quem sabe, proibida. Em contrapartida, a mulher simbolizaria o diabo, um ente ameaçador, à medida que encanta e enfeitiça o coração do amado. E o homem, provavelmente, seria mais um dos mortais, com sua fragilidade e impotência diante de seus vazios, submisso não só à mulher amada, como também ao seu objeto de desejo que, na cantiga em análise, é uma única mulher. Mulher esta que, talvez, represente a figura da própria mãe. Daí a inviabilidade de substituí-la por uma outra mulher, optando pela morte.

De maneira mais cuidadosa, detenho-me na análise da cantiga de amigo, por ser uma cantiga na perspectiva das mulheres, ainda que expressa pela voz do trovador. Provavelmente, o homem, travestido de mulher, dê um novo toque e pincelada na mesma, caracterizando-a com mais ênfase no aspecto da paixão.

A cantiga de amigo apresenta a declaração de amor feita pela mulher ao seu amigo-namorado. De tanta saudade e falta, ela sente tristeza e o incômodo de não poder tê-lo junto de si. Acredito que esta louca saudade traduza a ilusão de completude.

A cantiga demonstra claramente, na sua estrutura, a oposição entre dia – simbolizando o tempo de luz, da presença do amado, do carinho, do prazer e do amor – e noite – significando o tempo das trevas, da saudade, do desejo não realizado e da ausência do amado. Percebe-se, de maneira muito enfática, a lembrança, na memória da amada, dos momentos de amor vividos anteriormente com o seu namorado, e que estas tão belas e prazerosas recordações fazem com que ela anseie eternamente por todo este prazer. Creio mesmo que a amada esteja idealizando em muito o amor, haja vista os seus pedidos a Deus para que lhe devolva a luz do amor, por não suportar as noites de escuridão e de carência. Deve-se refletir, todavia, acerca do aspecto divino como intermediário nas relações amorosas, a fim de se camuflar um desejo que se quer viver no plano carnal e, talvez para a época, ilícito aos olhos da sociedade e, principalmente, proibido de ser vivenciado pelas mulheres. Por sinal, a própria cantiga contém o termo *lume*, que pode significar luz, fogo, fulgor, falo, simbolizando também o fogo do amor sexual, da paixão, da volúpia do desejo carnal pelo amado. Como exemplificam os seguintes versos: “E, segundo, com’a mi parece/comigo man meu lum’e meu senhor”. E ainda o termo “Advento”, que significa as quatro semanas antecede-

ntes ao Natal, parecendo aludir ao tempo em que a amada terá de se penitenciar, para só então realizar os seus desejos de amor.

No segundo verso da cantiga – “e sol non dormem estes olhos meus” –, depreende-se a postura de vigília e espera por parte da amada, que se estende pelas noites de penitência do Advento, como expresso no último verso: “mais mostrami as noites d’advento”.

Alguns aspectos da cantiga, referentes à representação da mulher, inquietam-me. Bem como as atitudes aparentemente liberais num contexto de rígida moral. A Igreja é quem controla a vida e os pensamentos das pessoas. Tudo é proibido. Tudo é pecado. É o que se nota nos seguintes versos:

“Quand’eu con meu amigo dormia,  
a noite non durava nulha ren,”  
“E, segundo, com’a mi parece  
comigo man meu lum’e meu senhor,  
ven log’a luz, de que non ei sabor.”

De minha análise da cantiga ficam ainda alguns questionamentos. Até que ponto as cantigas foram apropriadas pelos trovadores às mulheres, sem muitas alterações nos seus dizeres? Será que as mulheres, que compuseram as cantigas, não se inseriam na sociedade, estando à margem da moral vigente? Seriam elas prostitutas? Encarnação do mal? Com efei-

to, o clamor frente ao desejo carnal pelo amado é explícito ao longo do poema e, até mesmo, coroadado no próprio refrão: “*mais se massesse com meu amigo/a luz agora seria migo.*”

Finalmente, há que se destacar a identificação da amada com a figura de Jesus Cristo na cruz, expressando o sofrimento de ambos. Razão por que ora tantos padrenossos. Afinal, é no sofrimento que ela concretiza os seus desejos.

Detenho-me, por fim, no exame do significado da cantiga de maldizer. Ela revela o cantar do trovador apaixonado e, ao mesmo tempo, raivoso por ter sido desdenhado pela mulher amada. O sentimento do amado para com a mulher amada contém ambigüidades, visto que faz chantagem, ameaça, mas a deseja, sente sua falta e almeja encontrá-la. É um jogo de esconde-esconde, ou apenas *um jogo de vida ou morte?*

A cantiga deixa bem claro que o espaço da noite-trevas simboliza o espaço da falta, da ausência e da tristeza, e o luar-claridade expressa o espaço do amor, do encantamento, da idealização do encontro amoroso. Nesse sentido, a repetição existente nos segundos versos das três estrofes insinua um

não querer por parte do amado, provavelmente por não revelar de fato o seu desejo de amor; e, quem sabe, foi a maneira que ele encontrou para tentar camuflar tanto desejo.

Há de se considerar também, a oposição apresentada no refrão “*de noit’ ou luar!*”, em que a noite representa um momento de ameaça, de medo e de dor, enquanto que ao luar tudo parece explícito, tranqüilo, encantador e claro. Será a noite o momento propício para matar a amada que o desdenhou e fez sofrer? Assim sendo, a repetição significaria um aviso de morte e não mais o desejo que se tentava ocultar.

Prosseguindo a minha linha de análise, a pergunta: “*quem é esta mulher?*” se faz necessária. Cabe saber a qual segmento social pertence a mulher. É ela mulher do senhor feudal? Ou, simplesmente, é mais uma mulher que, de repente, encanta os olhares do apaixonado, fazendo-o declarar publicamente seus sentimentos? Vejo a mulher cantada pelo trovador encarnando uma figura de aura simultaneamente divina e diabólica, pois representa o papel de mulher difícil, altiva e majestosa, a fim de seduzir e enfeitiçar os ho-

mens. É sabido que a cantiga de maldizer é caracterizada pelo seu aspecto cômico e crítico-social. Dessa forma, na declaração de paixão e amor a uma mulher da corte, estaria o trovador cumprindo o seu objetivo satírico.

A mulher representada nas cantigas medievais em estudo parece encarnar a figura da mãe aos olhos do amado, visto que este identifica a mulher à mãe, concorrendo para tornar mais obsessivos a sua paixão e seus desejos pela amada.

Creio que o sentimento de dor experimentado pelo amado diante da ausência da mulher seja o mesmo vivenciado no momento de seu nascimento. Trata-se de sentimento que revela o vazio, a ruptura, os cortes e as incompletudes humanas. Dessa maneira, o amado irá resgatar a mãe na figura da mulher amada, tentando preencher a falta. Daí tanta fúria de paixão e de seu sofrer de amor.

A figura da mulher representada nas cantigas é altiva, majestosa, distante e grandiosa aos olhos do amado. Não só porque ela ocupe essa posição, mas também por ser a maneira como o homem a vê, plena e inatingível, como a própria figura materna.

## Referências bibliográficas

1. ANDRÉS, S. **O que quer uma mulher?** Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
2. AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. Glossário etimológico. In: **AS CANTIGAS de Pero Meogo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
3. BONNASSIE, Pierre. **Dicionário de história medieval**. Lisboa: Dom Quixote, 1985.
4. CARDOSO, Wilton. **Da cantiga de seguir no cancionero peninsular na idade média**. Belo Horizonte: UFMG, 1977.
5. CHNAIDERMAN, Miriam. **O hiato convexo: literatura e psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
6. CORREIA, Natália. Tradução das cantigas de amigo e maldizer. In: **CANTARES dos trovadores galego-portugueses**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1978.
7. DUBY, Georges. O modelo cortês. In: **HISTÓRIA das mulheres; a idade média**. Porto: Afrontamento, 1990.
8. FAGES, J. B. A linguagem, da necessidade à demanda. In: **PARA compreender Lacan**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.
9. FREUD, Sigmund. Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. In: **OBRAS completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 9.
10. \_\_\_\_\_. Escritores criativos e devaneios. In: **OBRAS completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 9.
11. \_\_\_\_\_. O estranho. In: **OBRAS completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 17.
12. \_\_\_\_\_. BREUER, Joseph. In: **OBRAS completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 2.
13. KRISTEVA, Júlia. As especulações medievais. In: **HISTÓRIA da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.
14. MACEDO, José Rivair de. **A mulher na idade média**. São Paulo: Contexto, 1990.
15. POMMIER, Gérard. **A exceção feminina: os impasses do gozo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
16. SAFADY, Naief. **Introdução à análise de texto**. São Paulo: Francisco Alves, 1965.
17. TAVARES, Hênio. Poética. In: **TEORIA literária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
18. VALLEJO, Américo, MAGALHÃES, Lígia. **Lacan: operadores e leitura**. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Coleção Debates, 109).
19. VASCONCELLOS, J. Leite. **Textos arcaicos**. Lisboa: Clássica, 1922.

# A QUESTÃO NACIONAL EM PORTO RICO: A BUSCA DA IDENTIDADE\*

Kátia Gerab Baggio

Departamento de História – FAFICH – UFMG  
Mestre e doutoranda em História Social pela USP

## RESUMO

*Este trabalho pretende analisar a busca da identidade nacional por parte de alguns expoentes da intelectualidade de Porto Rico, um país que ainda hoje não se constituiu enquanto Estado Nacional. Mostraremos, a partir de obras de quatro ensaístas deste século – Antônio S. Pedreira, Tomás Blanco, René Marqués e José Luis González – como o problema da afirmação da identidade é central no pensamento porto-riquenho, a despeito das diferentes interpretações que suscita.*

**N**a América Latina, a questão nacional é de vital importância quando pretendemos investigar a trajetória política, os movimentos sociais, a estrutura econômica e os problemas relativos à identidade cultural dos países que a compõem. A diversidade étnica, o processo de formação dos Estados Nacionais, o problema do desenvolvimento econômico e vários outros temas essenciais estão diretamente relacionados com a chamada questão nacional.

No Caribe, o domínio externo é a marca registrada da sua história política e econômica. Como afirma Juan Bosch, o Caribe é a fronteira dos vários impérios que durante cinco séculos vêm controlando e explorando os países antilhanos (Bosch, 1983). Como reação ao colonialismo e ao imperialismo, movimentos de libertação nacional se organizaram em vários desses países.

\* Este trabalho é parte adaptada da introdução e do segundo capítulo (item 2) de minha dissertação de mestrado, intitulada **A questão nacional em Porto Rico: o Partido Nacionalista (1922-1954)**. São Paulo, FFLCH-USP, 1992.

A ilha caribenha de Porto Rico foi colônia da Espanha de 1493 (descoberta na segunda viagem de Colombo) até 1898, quando a Espanha, derrotada pelos Estados Unidos na guerra de independência de Cuba, foi obrigada a ceder aos norte-americanos Porto Rico, as Filipinas e a ilha de Guam, no Pacífico, como indenização de guerra. Porto Rico, a mais oriental e a menor das Grandes Antilhas, sempre teve um importante papel estratégico, dada sua posição de “porta do Caribe”.

Ao longo do domínio norte-americano, Porto Rico foi transformado numa peça-chave na política militarista e intervencionista dos Estados Unidos, devido às seguintes razões: a necessidade de defender o Canal do Panamá e seus acessos marítimos, as intervenções militares na região do Caribe, o controle das atividades navais e das rotas marítimas no Atlântico Sul, a criação de um centro de treinamento e de um campo de provas para armamentos e, finalmente, a convocação de porto-riquenhos para o serviço militar nas Forças Armadas dos Estados Unidos.<sup>1</sup> Em Porto Rico está localizado o complexo naval de Roosevelt Roads,

o maior fora dos Estados Unidos, que ocupa uma área de 36 mil acres em Ceiba e na Ilha de Vieques (território porto-riquenho) e também compreende instalações nas Ilhas Virgens norte-americanas (Rodríguez Beruff, 1988, p. 184). Não é por acaso que, de 1909 a 1934, a orientação da política colonial era de responsabilidade do Departamento de Assuntos Insulares,<sup>2</sup> subordinado ao Departamento de Guerra.

Desde 1898, portanto, Porto Rico vive sob o domínio dos Estados Unidos. Colônia até 1952, ganhou, a partir de então, um novo *status* político: o de Estado Livre Associado (ELA). O novo *status* jurídico-político possibilitou uma maior autonomia na administração dos problemas locais, mas não rompeu com a condição colonial. Porto Rico não conseguiu constituir-se em um Estado Nacional soberano.

A questão do *status* é central no debate político porto-riquenho, pois sua definição é essencial para a resolução de qualquer projeto para o país, que deve passar necessariamente por uma das três vias que se apresentam no cenário político: a transformação de Porto Rico em mais um estado (o quinquagésimo pri-

meiro) da União norte-americana, a manutenção do Estado Livre Associado ou a independência. Pensar no futuro de Porto Rico, portanto, é pensar no problema nacional.

A ausência de soberania política fez de Porto Rico um país em busca de sua identidade. Para um estrangeiro, salta à vista a defesa intensa dos valores culturais porto-riquenhos e caribenhos e, ao mesmo tempo, a permanência da situação colonial. É possível levantar alguns elementos para explicar a relação de subordinação de Porto Rico aos Estados Unidos até o presente: por um lado, a manutenção, por parte do governo norte-americano, de um sistema assistencialista que se concretiza pela distribuição de cheques de alimentos para um milhão e meio de habitantes (cerca de 45% da população), o que dificulta – quando não impede – o apoio popular à independência.<sup>3</sup> Devemos também levar em consideração que mais de dois milhões de porto-riquenhos vivem nos Estados Unidos. Além disso, apesar de possuir o PNB *per capita* mais baixo do que todos os estados norte-americanos, é o mais alto na América Latina.<sup>4</sup> Por outro lado,

<sup>1</sup> Os soldados porto-riquenhos lutaram na Segunda Guerra Mundial, na Coreia, no Vietnã, na invasão da República Dominicana em 1965, na recente guerra no Golfo Pérsico contra o Iraque, etc. Mais de 200 mil porto-riquenhos já fizeram parte das tropas norte-americanas. Ver RODRÍGUEZ BERUFF, 1988, p. 145 e 154.

<sup>2</sup> Em inglês, *Bureau of Insular Affairs*.

<sup>3</sup> Ver: GARCÍA, 1989, p. 29-33. O desemprego atinge cerca de 20% da população trabalhadora, sem contar aqueles que decidiram nem sequer procurar emprego, convencidos de que não conseguiriam nada.



a situação extremamente crítica dos vizinhos caribenhos e centro-americanos – República Dominicana, Haiti, Cuba (atualmente vivenciando os problemas advindos da derrocada do regime socialista da ex-URSS e dos países do leste europeu), etc. – também não estimula qualquer perspectiva otimista em relação ao futuro de Porto Rico, caso venha a obter o *status* de independência política.

O independentismo foi sempre uma força política influente, apesar de não ter alcançado seu objetivo. Os independentistas mantiveram uma forte presença para interferir decisivamente nos embates entre as diferentes correntes ideológicas e para intervir nos caminhos percorridos pela política porto-riquenha.

## A busca da identidade nacional

Se a questão do *status* é essencial para o debate político, o tema da identidade é seu correspondente para o debate cultural. A busca do ser porto-riquenho, dos

caracteres que definem a personalidade nacional, é o eixo central do debate em torno da identidade, ponto crucial na defesa da nacionalidade porto-riquenha frente ao colonizador.

Nos anos 30, a produção literária e ensaística buscou respostas para a crise econômica, os problemas políticos e a identidade cultural porto-riquenha. Nessa busca do nacional, duas obras se destacam particularmente na produção intelectual da ilha: o ensaio de Antonio S. Pedreira, intitulado **Insularismo**, de 1934, e o livro de Tomás Blanco, **Pronuario Histórico de Puerto Rico**, cuja primeira edição foi publicada em Madri em 1935.<sup>5</sup>

Pedreira foi jornalista, ensaísta, crítico literário e professor de literatura. Em 1929, juntamente com outros jovens escritores, fundou a revista **Índice**, cujo primeiro número, em editorial, propunha as seguintes questões: “*Está definida nossa personalidade de povo? Existe uma maneira de ser inconfundível e genuinamente porto-riquenha? Quais são os signos definidores de nosso caráter?*”<sup>6</sup>

**Insularismo** é a resposta de Pedreira a essas questões. O autor afirma que sua intenção foi “*reco-*

*lher os elementos dispersos, latentes no fundo de nossa cultura, e surpreender os pontos culminantes de nossa psicologia coletiva*”. (Pedreira, 1988, p. 21)

Identifica o momento em que vive como de indecisão e transição. Para Pedreira, 1898 representou um corte brusco na história do país. Diz ele:

“... quando logramos tomar em nossas próprias mãos as rédeas de nosso destino coletivo, a guerra hispano-americana malogrou a intenção, deixando-nos a meio caminho e com o problemático inconveniente de começar a ser outra coisa”. (Pedreira, 1988, p. 73-4)

Apesar dessa “outra coisa” que invade a ilha, Pedreira crê na existência da personalidade porto-riquenha e vai em sua busca. Enfatiza o que ele chama de caráter “dócil, pacífico, resignado” do borinquenho.<sup>7</sup> Diz que as rebeldias são momentâneas e a docilidade permanente. E esse caráter “mesclado e equívoco” teria origem na mestiçagem, nestas “*forças desagregadoras e contrárias que retardaram a formação definitiva do povo porto-riquenho*”. (Pedreira, 1988, p. 32 e 36)

A utilização do argumento racial como explicativo do caráter

<sup>4</sup> O PNB *per capita* de Porto Rico é de cerca de seis mil dólares, enquanto que no estado mais pobre dos Estados Unidos, o Mississippi, o PNB *per capita* atinge o dobro desse valor.

<sup>5</sup> Os anos 30 foram pródigos na América Latina em ensaios que buscaram o “caráter nacional”. **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, é de 1936.

<sup>6</sup> Revista **Índice**, número I, 1929, *apud* Margot Arce de Vázquez, “Prólogo”. In: Tomás Blanco, **Pronuario Histórico de Puerto Rico**, 7. ed., Río Piedras, Huracán, 1981.

<sup>7</sup> Borinquén ou Boriquén é o nome que os taínos (índios que habitavam a ilha antes de 1493) davam a Porto Rico. Por isso, os porto-riquenhos também são chamados de borinquenhos, borincanos ou borícuas.

nacional foi freqüente na produção intelectual latino-americana da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, assim como as interpretações sobre o homem como produto do meio. Pedreira diz, nesse sentido, que o calor e a ameaça constante de terremotos e furacões entorpeciam as ações e as iniciativas.

Mas o que realmente particulariza Porto Rico, na visão de Pedreira, é a posição insular, determinante da sua fraqueza. Algumas frases suas explicam o que ele entende por insularismo:

*“A posição geográfica de Porto Rico determinou o rumo de nossa história e de nosso caráter. O ponto de vista da soberania espanhola era o comércio, e o da norte-americana, a estratégia. (...) Para cúmulo do desespero coube a nós a desgraça de cair isolados do mundo e ser entre as Grandes, a menor das Antilhas. Isto nos privou da autoridade que dão as grandes massas (territoriais) às demandas do respeito universal. (...) Não somos continentais, nem sequer antilhanos: somos simplesmente insulares, que é como dizer insulados em casa estreita. (...) Esta redução geológica, unida à difícil posição geográfica, ao clima enervador, à nossa constituição biológica e à perpétua condição feudatária, opera em nossa psicologia coletiva com um sentido estreito e deprimente”.* (Pedreira, 1988, p. 43-4)

Para Pedreira, insularismo é isolamento, pequenez, debilidade. Mas ele não se considera um pessimista, e sim um realista. Critica o retoricismo, o patriotismo emocional, o ufanismo.

Em relação ao domínio dos Estados Unidos sobre Porto Rico, vê grande incompatibilidade cultural: duas formações, duas tradições, duas heranças contrárias. Pedreira recebeu uma nítida influência do uruguaio José Enrique Rodó – autor do famoso ensaio **Ariel**, publicado originalmente em 1900 –, pois vê nos Estados Unidos o progresso material, a riqueza em contraposição com a mediocridade cultural. Preocupa-se com a defesa da cultura de tradição hispânica e acredita na educação, mas uma educação voltada para a conscientização em relação ao *status* político da ilha.

Tomás Blanco, por sua vez, escreveu o **Prontuario Histórico de Puerto Rico** estimulado pela leitura de **Insularismo**, segundo ele próprio reconheceu.

A análise de Blanco volta-se para as questões socioeconômicas: manifesta-se contra o monopólio do comércio porto-riquenho pela metrópole, a concentração das terras pelas companhias norte-americanas, a americanização dos porto-riquenos, enfim, declara-se anti-imperialista. Sua posição sobre esses problemas aproxima-se à de Pedro Albizu Campos – líder do Partido Nacionalista de Porto Rico, fundado em 1922 e com uma importante atuação política a favor da independência, principalmente nos anos 30. Blanco afir-

ma ainda que os porto-riquenos têm problemas próprios e recursos modestos, *“mas suficientes, se administrados em proveito de sua população”*. A desorganização advém dos *“males econômicos e morais inerentes ao colonialismo”*. (Blanco, 1981, p. 109)

O determinismo racial e geográfico não aparece na obra de Blanco. Manifesta-se contrário aos preconceitos raciais e acredita que o clima tropical possa ser “domesticado” pelos recursos técnicos, a favor do povo insular. Acredita que, com recursos próprios, adaptados à realidade porto-riquenha, seria possível o desenvolvimento. Reclama a necessidade de independência administrativa plena e liberdade econômica. Conclui dizendo que a única alternativa era *“pôr em marcha um programa próprio de reconstrução nacional”*. (Blanco, 1981, p. 109-113)

As idéias de Pedreira sobre a docilidade do porto-riquenho inspiraram um ensaio bastante polêmico do escritor e dramaturgo René Marqués: **El puertorriqueño dócil**, do início dos anos 60. (Marqués, 1963)

Nesse trabalho, Marqués faz uma interpretação psicológica do “caráter porto-riquenho”, marcado, segundo ele, pela “docilidade”. Através de uma análise da vida política, das relações com os Estados Unidos e da produção cultural do país, Marqués

procura confirmar sua hipótese. Segundo o autor, há no porto-riquenho uma tendência de reprimir o impulso agressor aos outros e dirigi-lo contra si mesmo. Neste sentido, o Estado Livre Associado representaria a síntese da psicologia porto-riquenha, marcada pela “docilidade”, entendida como submissão. (Marqués, 1963, p. 70)

Em ensaio intitulado **El país de cuatro pisos**, de 1979, o escritor José Luis González discute a formação da cultura porto-riquenha. O autor critica a idéia de uma sociedade porto-riquenha homogênea durante o período de domínio espanhol:

“... em Porto Rico, durante mais de meio século, nos ‘venderam’ o mito de uma homogeneidade social, racial e cultural que já é tempo de começar a desmontar, não para ‘dividir’ o país, como pensam com temor alguns, mas para entendê-lo corretamente em sua objetiva e real diversidade (...). O que Porto Rico era, em 1898, só podemos definir, mitologias à parte, como uma nação em formação...” (González, 1987, p. 25-6)

A cultura porto-riquenha, segundo González, foi adquirindo novos elementos formativos ao longo do tempo. São os quatro pisos a que ele se refere. Em primeiro lugar, durante os três séculos iniciais da colonização es-

panhola, destaca a contribuição do elemento africano e o “ingrediente espanhol”, constituído principalmente por lavradores pobres (vindos, na sua maioria, das ilhas Canárias).<sup>8</sup> Para o autor, “Se a sociedade porto-riquenha tivesse evoluído daí em diante da mesma maneira que as outras ilhas do Caribe, a atual ‘cultura nacional’ seria essa cultura popular e mestiça, primordialmente afro-antilhana”. (González, 1987, p. 22)

Entretanto, outros elementos se juntaram a essa cultura. No século XIX, Porto Rico foi ponto de chegada de imigrantes: o segundo piso da cultura porto-riquenha. No início do século, vieram hispano-americanos refugiados dos países em luta pela independência na América Latina; mais tarde, chegaram imigrantes europeus – corsos, maiorquinos, catalães, italianos e outros.

O terceiro piso da cultura porto-riquenha foi se constituindo a partir da invasão norte-americana, em 1898. González diz que a penetração cultural norte-americana em Porto Rico é um fato, mas não aceita a idéia de uma “norteamericanização” da cultura porto-riquenha. Considera que, com o domínio norte-americano, “...o vazio criado pelo dismantelamento da cultura dos porto-riquenhos ‘de cima’

não foi ocupado (...) pela cultura norte-americana, mas pela ascensão cada vez mais evidente da cultura dos porto-riquenhos ‘de baixo’”. (González, 1987, p. 30)<sup>9</sup>

González valoriza a raiz africana como a fonte mais importante da cultura porto-riquenha. E essa cultura afro-antilhana, segundo ele, não foi destruída pela dominação norte-americana mas, ao contrário, fortaleceu-se.

O quarto piso na formação cultural de Porto Rico é localizado a partir dos anos 40, com a ascensão do Partido Popular Democrático e de seu principal líder, Luis Muñoz Marín (primeiro governador porto-riquenho eleito, em 1948), a posterior inauguração do Estado Livre Associado e com o que o autor chama de a “modernização na dependência”. González considera, finalmente, que o colonialismo é inviável a longo prazo e aposta na independência como solução para o problema do *status* político.



O **Insularismo** de Antonio S. Pedreira e o **Prontuario Histórico de Puerto Rico** de Tomás Blanco, marcos na ensaística porto-riquenha, apontam e analisam problemas vitais de Porto Rico

<sup>8</sup> Os indígenas foram dizimados nas primeiras décadas da colonização espanhola. Ainda que González reconheça a presença de elementos indígenas na formação da cultura porto-riquenha, esta presença não tem, para ele, a mesma importância que a raiz afro-antilhana desta cultura.

<sup>9</sup> Os grifos são de González.

nos anos 30, que aliás não foram resolvidos até o presente: identidade, anti-colonialismo, anti-imperialismo, desenvolvimento autônomo.

As interpretações de cunho psicológico – que vêem no caráter “dócil” do porto-riquenho a razão para a permanência da colônia – não são predominantes. Entretanto, o fato de que este tipo de explicação tenha sido recuperado por René Marqués três décadas depois, mostra, por um lado, a força da análise de Pedreira e, por outro, a necessidade de tentar explicar por todos os caminhos possíveis – ainda que bastante discutíveis – a manutenção da condição colonial de Porto Rico.

González, por sua vez, procura mostrar, através da imagem

dos quatro pisos constitutivos da sociedade e da cultura porto-riquenhas, a complexidade do processo histórico do país. Valoriza a cultura popular e mestiça e nega a existência de uma sociedade e de uma cultura homogêneas.

A realidade porto-riquenha possui elementos particulares dentro do contexto latino-americano: um país duplamente colonizado, em diferentes momentos, por países com culturas diversas. Porto Rico é marcado por uma profunda contradição: a manutenção de uma cultura mestiça, com fortes raízes hispânicas e africanas, ao lado da subordinação econômica e política aos Estados Unidos. Como permanecer sendo porto-riquenho, sem alcançar a soberania política?

A busca dessa resposta está no debate político porto-riquenho e em toda a produção intelectual. O impressionante do caso de Porto Rico é a manutenção e a valorização das tradições culturais do país: os porto-riquenhos não são norte-americanos e nunca se sentirão norte-americanos, independentemente do *status* político. Apesar da certeza de possuírem uma cultura e uma expressão próprias, os porto-riquenhos sentem uma contínua necessidade de reafirmar essa cultura, a fim de impor sua nacionalidade. Conseqüentemente, o nacionalismo é um tema sempre presente no cotidiano do porto-riquenho.

## Referências bibliográficas

1. BLANCO, Tomás. **Prontuário histórico de Puerto Rico**. 7. ed. Rio Piedras: Huracán, 1981.
2. BOSCHI, Juan. **De Cristóbal Colón a Fidel Castro; el Caribe, fontera imperial**. La Habana: Ediciones de Ciencias Sociales, 1983.
3. GARCIA, Gervásio Luis. **Armar la historia**. Rio Piedras: Huracán, 1989.
4. GERAB, Kátia. **A questão nacional em Porto Rico: o Partido nacionalista (1922-1954)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (Dissertação, Mestrado)
5. GONZÁLEZ, José Luis. **El país de cuatro pisos y otros ensayos**. 6. ed. Rio Piedras: Huracán, 1987.
6. MARQUÉS, René. El puertorriqueno dócil. **Revista de Ciencias Sociales**, Puerto Rico, v. 7, n. 1/2, p. 35-78, mar./jun. 1963.
7. PEDREIRA, Antonio S. **Insularismo**. Rio Piedras: Edil, 1988.
8. RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Campinas: Editora UNICAMP, 1991.
9. RODRIGUEZ BERUFFE, Jorge. **Política militar y dominación: Puerto Rico en el contexto latinoamericano**. Rio Piedras: Huracán, 1988.

# O AVESSE DA ORDEM: PRIMEIROS APONTAMENTOS DE LEITURA DE FONTES CRIMINAIS

*Maria Tereza Pereira Cardoso*

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas – FUNREI  
Mestre em Sociologia pela UFMG

## RESUMO

*Este artigo procura apresentar uma primeira leitura das fontes criminais pertencentes ao Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei, anotando a relação entre crime e cotidiano, observando padrões de criminalidade e ressaltando as possibilidades de pesquisa.*

## Introdução

**O**s historiadores que pesquisam o tema da criminalidade têm enfatizado a relação entre crime e vida cotidiana, indicando a possibilidade de, através da análise de inquéritos policiais e proces-

sos criminais, perceberem-se as representações, valores e comportamentos dos contraventores da norma penal. Ao traduzir tensões e conflitos sociais, o comportamento delitivo e os procedimentos que buscam criminalizá-lo indicariam contradições entre concepções distintas de crime, ordem, honra, liberdade e justiça, reveladas, nos processos criminais, através das diversas falas dos personagens envolvidos.

Além da possibilidade de recuperar as experiências históricas de determinados grupos sociais, a análise das fontes que retratam procedimentos policiais e processuais permitiria a compreensão do processo de construção e imposição de uma ordem policial e jurídica em determi-

nados períodos da história e em determinadas conjunturas regionais. Vários autores trabalham nessa perspectiva, ainda que com objetivos distintos.

Fausto (1984), ao se propor a analisar os padrões de criminalidade em São Paulo entre 1880 e 1924, observa que dados fragmentários, recolhidos através do exame das fontes documentais, dificilmente nos permitem visualizar a criminalidade em um determinado período. As informações coligidas, principalmente as estatísticas criminais, são, muitas vezes, mascaradas por práticas repressivas que revelam atitudes de discriminação social. Por outro lado, há uma sub-representação de diversos crimes, como os crimes contra a mulher, ou crimes cometidos por escravos até a primeira metade do século XIX, como relata Machado (1987).

A partir dessas referências, consideramos que as fontes criminais cuja leitura é objeto deste artigo, embora não traduzam a criminalidade no Termo da Vila de São João del-Rei e arredores, são boas para pensar, como diria Lévi-Strauss, já que revelam, ao menos em parte, os conflitos e tensões sociais que marcaram a província mineira oitocentista.

## Crime e criminalidade

Uma primeira análise do quadro geral da composição dos processos-crime pertencentes ao fundo do Cartório do Crime do Acervo do Museu Regional de São João del-Rei, entre 1770-1900,<sup>1</sup> indica aspectos semelhantes aos tratados pela literatura sobre o tema. Em primeiro lugar, o número de processos pertencentes a esse fundo não traduz, de modo nenhum, a criminalidade do período. Trata-se de 1.122 documentos correspondentes a 130 anos, referentes às transgressões que se transformaram em processos criminais. O interesse por analisar a criminalidade de forma mais abrangente nos remeteria a fontes complementares, como inquéritos e relatórios de prisões efetuados por órgãos policiais.

Entretanto, ao observarmos o Quadro 1, podemos perceber algumas tendências acerca da maior ou menor incidência nas transgressões da norma social e de sua criminalização. Assim, é significativo o fato de que, em um período de transição nas relações de produção em que as tensões sociais gradativamente

se explicitam, haja uma prevalência de crimes contra a pessoa.

Segundo Fausto (1984), as sociedades tradicionais se caracterizam por uma maior incidência de crimes contra a pessoa, principalmente os “crimes de sangue”, ao contrário das sociedades modernas, nas quais os “crimes contra a propriedade” são em maior número. A respeito, podemos arriscar algumas interpretações.

Há que se considerar que situações de extrema carência podem produzir relações que oscilam entre solidariedade e violência.<sup>2</sup> Classificados nos termos do Quadro 1 como “homicídio e tentativa de homicídio” e “agressões físicas”, esses processos correspondem a 86,75% do conjunto dos documentos referentes aos “crimes contra a pessoa”, perfazendo 51,16% do total dos processos arrolados. Em uma ordem social marcada pela violência, é compreensível a grande incidência de crimes desse tipo. Muitos desses processos relatam o rompimento de relações de solidariedade entre aqueles que, vivendo nas fimbrias do sistema, disputam entre si bens materiais, relações afetivas estruturantes e bens simbólicos, derivando muitas vezes em situações de extre-

<sup>1</sup> Ver Quadro 1.

<sup>2</sup> A respeito, veja o trabalho clássico de Franco (1983).

ma agressão. Este parece ter sido o caso dos escravos José Rebolo e Miguel Benguela.<sup>3</sup> Em 1831, em uma fazenda localizada na paróquia de Bom Sucesso, Termo da Vila de São João del-Rei, as desavenças entre os dois, por causa da mulher de Miguel, que andava namorando José, terminaram em morte. Ainda no mesmo ano e nos subúrbios daquela Vila, a escrava Ana, crioula, agrediu a Dâmaso Moreira Ribeiro, mestiço, forro, acusando-o de haver maltratado um porco que lhe pertencia. Segundo depoimentos das testemunhas, o ofendido teria afirmado que se soubesse que o animal pertencia à escrava o teria matado.<sup>4</sup>

Como indicam Machado (1987) e Algranti (1988), a busca de manutenção de margens de autonomia dentro do sistema escravista pode levar a conflitos que derivam, muitas vezes, em violência física e na disseminação de pequenos delitos,<sup>5</sup> através dos quais os escravos asseguravam a posse de objetos necessários à sua sobrevivência.<sup>6</sup> Esses delitos revelam significados e intenções que oscilam entre a preservação

de um mundo particular, com códigos próprios, e a resistência explícita à ordem escravista. Apoiando-se numa noção ampliada de resistência, as autoras se situam ao lado de outras contribuições, como as de Chalhoub (1990) e Lara (1988), que analisam a intrincada rede de conflitos e tensões que perpassam os dramas individuais e coletivos dos escravos transgressores e suas relações com outros universos sociais.

Uma primeira análise dos processos-crime referentes a escravos indica uma grande incidência de crimes cometidos contra homens livres pobres, um número importante de crimes cometidos contra iguais e um menor número de crimes contra senhores e feitores. É interessante observar, ainda considerando os Quadros 1 e 2, uma maior incidência de “agressões físicas”, ou seja, de atos violentos que não chegaram às últimas consequências. Talvez uma explicação para esse fato possa ser encontrada no grande número de processos contra “semelhantes”, como resultado das desavenças e conflitos

do cotidiano. Entre estes, incluímos escravos, forros e homens livres pobres de diversas profissões. Os documentos relatam os dramas anônimos de lavradores, carreiros, vendedores de lenha, oficiais de carpinteiro, pintores, chapeleiros, pedreiros, marceneiros, roceiros, tropeiros, pequenos comerciantes e aqueles classificados como vadios. Ocupando os lugares de ofendidos ou de réus, eles caem na rede de controle e suspeição, que ultrapassa os limites do sistema judiciário, ao provocar desordens, infringir posturas municipais, cometer pequenos furtos e servirem de intermediários na venda de produtos roubados por escravos. Furtando ferramentas, animais, dinheiro em menor quantidade, agredindo mulheres e respondendo a queixas por vadiagem, por agressões contra animais ou por litígio de terras, eles são objeto de agressões físicas e verbais, calúnias, ameaças e, muitas vezes, morte.

O padrão de criminalidade encontrado nos processos-crime se repete nos dados recolhidos nos livros do Rol dos Culpados.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> Observação: As fontes citadas neste artigo pertencem ao acervo do Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei e foram catalogadas e indexadas por um grupo de trabalho coordenado pelos professores Lucy Gonçalves Fontes, Maria Tereza Pereira Cardoso e Ivan de Andrade Vellasco, através de projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Processo Crime. Caixa 03, documento n. 23.

<sup>4</sup> Processo Crime. Caixa 03, documento n. 18.

<sup>5</sup> Não pretendemos analisar aqui as diferentes qualificações criminais, embora saibamos que os códigos brasileiros, desde o Império, distinguem roubo e furto e qualificam tais delitos com agravantes quando acompanhados de violência.

<sup>6</sup> Machado (1987) faz uma classificação do produto dos furtos e roubos cometidos pelos cativos, considerando-os em duas categorias: aqueles oriundos de desvio da produção e os relativos à apropriação de objetos e dinheiro. Entre estes incluem-se os que denomina de “furtos integrativos”, que se referem a objetos cujo valor simbólico ultrapassa o objetivo econômico e cuja posse traduz aspirações de proximidade com o universo dos senhores.

Dos 144 crimes, cujos réus escravos foram pronunciados entre 1770 e 1861, 39,5% foram cometidos contra escravos, 13,8% contra senhores ou seus prepostos, incluindo autoridades, e o restante, 53,4% dos crimes foram cometidos contra homens pobres. Esse conjunto de documentos refere-se, indistintamente, à zona rural e urbana, cujas diferenciações relativas aos graus de autonomia escrava e seu universo de relações sociais já foram bastante analisadas.<sup>8</sup>

A literatura sobre criminalidade escrava indica que, ao longo do século XIX, manifesta-se uma tendência crescente à intromissão do Estado na regulamentação das relações entre senhores e escravos. À medida que as tensões tendem a se agravar, principalmente a partir de 1850, com o fim do tráfico e o conseqüente encarecimento do preço do escravo, a fragilidade do sistema torna-se cada vez mais evidente e relações antes pertencentes à esfera privada tendem, progressivamente, a ser mediadas pelo Estado. A legislação e, particularmente, os códigos criminais atestam essa ingerência.<sup>9</sup> Assim, apesar das ponderações a respeito da sub-representação de crimes

contra a mulher e contra os escravos feitas no início deste texto, e considerando apenas como linha tendencial, podemos relacionar o crescimento do número de processos a partir de 1850 com a maior presença do Estado nas relações entre senhores e escravos e na definição dos parâmetros da ordem, que, a partir do século XIX, afetam, sobremaneira, a escravos e homens pobres. Assim, em muitos casos, o rompimento da norma social significava o rompimento da norma penal.

Ao considerar o quadro geral da composição dos processos-crime (1770-1900), em anexo, podemos observar uma clara inflexão a partir de 1850. Entre os crimes pertencentes à primeira categoria evidenciam-se os números referentes a “homicídio e tentativa de homicídio” e a “agressões físicas”. No primeiro caso, o número de processos passou de 13 para 31 entre 1850-1869 e, no segundo caso, os números saltaram de 29 para 63 no mesmo período. A tendência se acentua a partir de 1880, chegando a 103 processos no período entre 1890-1900.

Com relação à segunda categoria, “crimes contra a proprie-

dade”, é relevante o fato de que no período entre 1860-1869 haja 08 processos por “contrabando, furto e açoitamento em escravos”, quando no período anterior houve apenas 01. Da mesma forma, os processos por “danos à propriedade” passam de 04, no período entre 1850-1859, para 11 no período seguinte. Ainda no mesmo período, os processos por “furto e roubo” passam de 07 para 24 e, apesar da significativa diminuição nos anos posteriores, saltam para 43 no final do século.

A mesma tendência pode ser observada na categoria “crimes contra a ordem pública”, principalmente nos processos de “crimes de responsabilidade”. Há uma tendência crescente à representação desse tipo de delito após 1839. No período entre 1839 e 1859, os processos passam de 01 para 26. Diferenciando-se substantivamente dos delitos até então analisados, os contraven-tores da norma, nesses casos, pertencem ao seletto grupo dos que são responsáveis por sua elaboração e implementação. Dentre eles encontramos tabeliães, escrivães do júri, carcereiros, tesoureiros de confrarias, padres, juizes de paz, professores públi-

<sup>7</sup> O Rol dos Culpados é uma documentação que nos informa sobre os réus pronunciados, contendo sua situação penal e uma síntese do processo criminal.

<sup>8</sup> Sobre a escravidão urbana ver Algranti (1988) e Chalhoub (1990).

<sup>9</sup> A respeito, Malheiro (1976) é trabalho de consulta obrigatória.



cos, coletores provinciais, entre outros. Todos denunciados por lesar, de uma forma ou de outra, o patrimônio público. Entretanto, é interessante observar que alguns processos oriundos de conflitos políticos do período foram criminalizados como “crimes de responsabilidade”.

Em 1842, os vereadores da Câmara Municipal de São João del-Rei são processados e destituídos de seus cargos por enviarem uma petição ao Imperador expondo-lhe suas opiniões acerca dos males públicos, das calamidades sociais e pedindo-lhe soluções. O processo traz indicações a respeito de perseguições políticas e relaciona-se à Revolução Liberal ocorrida na época, tema a que nos referiremos neste artigo.<sup>10</sup>

Situando-os em outro extremo, analisaremos a seguir alguns processos alusivos a crimes cometidos por escravos contra seus senhores e feitores, bem como outros em que, ao contrário, os senhores ocuparam o lugar dos réus. Estes processos relatam acusações distintas, correspondendo a uma gama muito diversificada de situações que oscilam entre formas de resistência e aco-

modação à ordem escravista. Algumas dessas ações, tal como sugere Chalhoub (1990) ao analisar processos semelhantes, parecem se pautar em parâmetros indicadores de uma “negociação” que, embora não explicitada, serve como referência nas relações entre senhores e escravos. O rompimento desse “acordo implícito” se traduziria na imposição de maus tratos excessivos aos escravos,<sup>11</sup> na desconsideração de acordos realizados e nas rupturas da ordem estabelecida, através de insurreições.

Em 1833, os escravos da Fazenda Campo Alegre e Bela Cruz se rebelaram.<sup>12</sup> O documento relata, através do auto do corpo de delitos e do libelo acusatório, o assassinato dos membros da família Junqueiras que se encontravam no local. Trinta e um (31) escravos foram citados no processo. Através do depoimento de um dos réus, posteriormente contestado pelo próprio curador do escravo, ficamos sabendo que pesavam graves acusações de maus tratos contra o proprietário das fazendas.

O documento traz indicações acerca de supostas relações entre essa insurreição e a Sedição

de Ouro Preto, ocorrida no mesmo ano.<sup>13</sup> Um dos acusados no processo, Francisco Silvério Teixeira, homem branco, fazendeiro, teria prometido alforriar os escravos caso estes se dispusessem a segui-lo.

Ao deixar entrever acepções distintas de liberdade e justiça, o documento parece indicar que as fazendas Campo Belo e Bela Vista serviram de cenário para o exercício de uma conjunção complexa de interesses, alguns destes reatualizados com respeito a uma tentativa anterior de insurreição em 1831. As falas dos réus e das testemunhas, balizadas pelos cânones formais do processo, chegam-nos entrecortadas “como mensagens cifradas em uma garrafa” e é a densidade de seus significados que cabe ao historiador revelar.<sup>14</sup>

Entre brancos e escravos, os primeiros se salvaram e, cominas as penas, 17 cativos foram condenados ao enforcamento, 04 a açoites e ferros, e 10 foram absolvidos.

Dentre os documentos analisados, apenas um refere-se à insurreição. Além do possível extravio de documentos e da perda de informações, devida ao

<sup>10</sup> A respeito, veja Iglésias (1977, p. 1-16).

<sup>11</sup> Ver os trabalhos de Lara (1988) e Chalhoub (1990).

<sup>12</sup> Processo Crime. Caixa 04, documento n. 1, fl. 08.

<sup>13</sup> A respeito, ver o trabalho de Iglésias (1985, p. 401-2).

<sup>14</sup> Tomamos como referência o conceito de “*descrição densa*” proposto por Geertz (1978, p. 29) para a análise do material etnográfico e apropriado por Burke (1992, p.341) para a análise histórica.

inadequado acondicionamento dos papéis ao longo dos anos ainda no Cartório do Crime, talvez se possa estabelecer uma correlação entre a inexistência de processos referentes a insurreições e o tamanho dos plantéis na região.<sup>15</sup>

Libby (1987), ao analisar os padrões mineiros de distribuição da propriedade de escravos no século XIX, observa uma variação entre 03 e 05 cativos para 28% dos proprietários, enquanto em seis das nove regiões da Província a maioria dos senhores possuía apenas 01 cativo. A disseminação da posse de escravos em Minas levou vários autores a se referirem a uma “democratização” da escravidão na Província. O próprio Libby utiliza essa noção, embora flexibilizando-a.<sup>16</sup>

Seguramente responsável por uma postura conservadora das elites mineiras e pelo pouco vigor das manifestações abolicionistas, cujos inúmeros indícios ainda estão por ser estudados,<sup>17</sup> a diluição da posse de escravos

talvez tenha também sido responsável pela diluição das manifestações de contestação coletivas à ordem escravista, no período. Um dos indicadores desse fato poderia ser visto através da análise dos crimes coletivos lançados nos livros de Rol dos Culpados. Infelizmente, dispomos de poucas informações a respeito.

Classificados como crimes de “assuada”,<sup>18</sup> esses atos coletivos referem-se a “motins”, “roubo e resistência”, “fuga de presos da cadeia pública”, “levante e morte” e, tal como indica a definição jurídica, parecem aterem-se ao universo urbano. É bem verdade que os traços distintivos entre o rural e o urbano neste período ainda são muito confusos. Entretanto, há pistas de uma “assuada” ocorrida no início do século no sítio denominado Barroca, classificada nos documentos como “revolta, sedição e amotinamento”, com 08 participantes. Evidentemente, a verificação dessas pistas e a pertinência ou não dessa hipótese só poderiam

ser corroboradas através de um número maior de documentos. As informações coletadas através dos livros de Rol dos Culpados deverão ser, posteriormente, coletadas com os processos-crime e, assim, talvez possamos nos aproximar mais desse universo.

Como indica a literatura sobre criminalidade e escravidão, a oposição à ordem escravista evidencia-se de formas diversas. Da insurreição às tentativas de imposição de limites aos excessos cometidos pelos senhores, passando pela ampla gama de pequenos delitos, os processos, além de possibilitar a compreensão dos parâmetros negociados, revelam um universo de práticas sociais e, de certa forma, trazem sinais da maior ou menor mobilidade dos cativos nesse universo.

Em 1835, uma escrava foge com suas três filhas da fazenda de seu senhor e move contra este uma Ação de Sevícias.<sup>19</sup> Neste intervalo, abriga-se na fazenda do tio do próprio senhor. Negando-se a voltar para a fazenda de ori-

<sup>15</sup> Machado (1987, p. 25), a partir das análises de Linbaugh, considera certos delitos como indicadores da dinâmica das relações sociais de produção e sugere uma abordagem da criminalidade mediada pela produção material.

<sup>16</sup> A respeito, o autor faz a seguinte observação: (...) *a enorme massa de unidades familiares que não participava da posse da mais básica forma de propriedade do regime escravista – o escravo – relativiza de vez qualquer noção sobre um escravismo democrático que pode sugerir, e não sem razão, quando se examina apenas a parcela proprietária de cativos. É mister ter em conta que a posse de escravos, pequena ou grande, foi na primeira metade do século XIX, um privilégio de aproximadamente um terço da população livre* (Libby, 1987, p. 97-98).

<sup>17</sup> Ver as sugestões feitas por Libby (1988).

<sup>18</sup> No Vocabulário Jurídico de Silva (1993, p. 219) o verbete “assuada”, explicado a partir de referências às Ordenações, é definido como: (...) *o ajuntamento de dez ou mais pessoas estranhas que, em tumulto, saem a fazer mal a alguém* (Liv. 5.º, tit. 45.º). *A assuada, sem dúvida, não se caracteriza somente pela intenção de fazer mal a alguém. Tanto basta que o grupo de pessoas tente perturbar a ordem ou o sossego público, pelo vozerio desordenado, promovendo distúrbios e provocando alardes.*

<sup>19</sup> Processo crime. Caixa 04, documento n. 16.

gem, a escrava consegue seu intento com a venda de sua família a outro interessado.<sup>20</sup> Ainda nesta mesma linha de procedimentos, alguns anos mais tarde, em 1838, Anna, crioula, requer a convocação de testemunhas que comprovem que seu senhor, morto “ab intestato”, havia feito a promessa de alforriar sua família.<sup>21</sup> Assim, buscando evitar o leilão em praça pública, a escrava recorria àqueles que pudessem comprovar as promessas e acordos anteriores, em um momento de redefinição de sua vida, após a morte do senhor. Entretanto, muitas vezes, como ocorreu neste caso, a ausência de consenso entre as testemunhas frustrou completamente as expectativas. Embora o documento não traga o desfecho final do processo, transparecem as tensões vividas pelos escravos em momentos de transição e redefinição de suas relações.<sup>22</sup> Entre os documentos arrolados constam inúmeros processos como este. Através deles, ouve-se a história de personagens que, paradoxalmente, eram considerados como “coisas” pelo sistema, mas que,

efetivamente, embora como réus mediados por seus curadores, exerciam o seu direito como pessoas nos tribunais.<sup>23</sup>

Opondo-se aos maus tratos, interpondo ações de liberdade, denunciando seus senhores pelos excessos cometidos ou agredindo-os para pôr fim a situações consideradas injustas, os escravos, muitas vezes, sofriam as reversões do processo e, devido a artimanhas legais, passavam de denunciante a réus. Foi este o caso de Eduardo africano,<sup>24</sup> escravo doméstico, 50 anos presumíveis, que ao fugir de Lavras do Funil para a Vila de São João del-Rei, buscando socorrer-se com as autoridades locais e denunciando seu senhor por sevícias, acabou respondendo a acusações por fuga, apesar de o Juiz ter aceito o Auto de Corpo de Delito comprobatório dos maus tratos que lhe foram inflingidos.

Em processos dessa natureza observam-se, com freqüência, as concepções vigentes e de certa forma aceitas pelos escravos acerca do “castigo justo”.<sup>25</sup> Um processo de 1878 é paradigmático a respeito,<sup>26</sup> contendo fartos

debates acerca dos direitos e da conveniência de os senhores exercerem sua autoridade sobre os escravos. Com amparo legal, o advogado descriminaliza as agressões físicas cometidas contra o escravo ao afirmar que:

*O artigo 14, parágrafo 6.º do Código Criminal diz que não comete (m) crime os pais que moderadamente castigam os seus filhos, os senhores a seus escravos e os mestres a seus discípulos, uma vez que a qualidade deles, não seja contrária às leis em vigor (p. 13-14).*

## Conclusão: a polifonia das fontes criminais

Através de uma leitura atenta dos processos, a opacidade das fontes criminais vai cedendo lugar à lenta reconstrução do jogo processual. Por detrás da fragmentação das informações, passa-se à uniformidade e regularidade das condutas, permeadas pela diversidade e singularidade dos autos, através dos quais emergem os dramas individuais e coletivos dos transgressores da norma legal.

<sup>20</sup> Segundo Malheiro (1978), a comprovação de sevícias poderia originar a exigência de venda do escravo.

<sup>21</sup> Processo crime. Caixa 04, documento n. 25.

<sup>22</sup> Chalhoub (1990, p. 111) observa que o período de incertezas geradas pelo falecimento do senhor se assemelhava, para os escravos, à experiência das transações de compra e venda.

<sup>23</sup> Segundo Pinaud (1987, p. 48): *A ordem jurídica brasileira, entendida como o sistema de leis e aplicação executivo-judicial, se orientou no sentido de contornar, artificialmente, o impasse escravo-coisa-pessoa, ao reconhecê-lo como objeto de contrato mas puni-lo pessoalmente.*

<sup>24</sup> Traslado de Auto de Corpo de Delito. Caixa 24, documento n. 01.

<sup>25</sup> Ver Lara (1988, p. 17-96).

<sup>26</sup> Processo Crime e Inquérito Policial. Caixa 42, documento n. 02.

Documento elaborado para verificar a “verdade dos fatos”, o processo, que se corporifica através dos procedimentos e o entrelaçamento de interpretações distintas, parece afastar-se gradativamente desta e tornar-se uma construção, uma obra de ficção, como afirma Fausto (1984). Até nós chegam “piscadelas de piscadelas”,<sup>27</sup> uma rede de significados distintos construída por réus, testemunhas, escritães, advogados e juízes, que ao historiador importa desvendar. É esta rede de signos e símbolos que o interessado no tema da criminalidade deverá percorrer, procurando recuperar o sentido das falas entrecortadas, comedidas e constrangidas pelos procedimentos legais, através das quais homens pobres, escravos e libertos buscam contar sua história. Ao fazê-lo, revelam distintas acepções de crime, honra, liberdade e justiça. E, talvez, através da articulação entre esses vários discursos, possa-se acompanhar a

construção dessas categorias e o significado que os transgressores da norma penal lhes imprimem, em ressonância ou em contraposição àquelas vigentes.

Tal empreendimento supõe a superação dos obstáculos interpostos pelas fontes criminais e sua complementação com fontes de outra natureza, como documentos jurídicos, relatórios de governo e periódicos a serem estudados. Esse percurso poderia então revelar que o processo de criminalização é resultado de uma conjunção de fatores que ultrapassam o limiar da ordem jurídica.

Resta-nos observar que temas como criminalidade e criminalização, ao situarem-se na interseção de diversos planos (econômico, social, jurídico e simbólico), além de encerrarem, de forma singular, possibilidades de análise multidimensional, revelam aspectos sociais estruturantes, aproximando-se talvez, analogicamente, daquilo que Mauss

(1974) denominou como “fato social total”.<sup>28</sup> Esta analogia se evidencia, particularmente, no século XIX, quando a estruturação da ordem e a institucionalização dos procedimentos policiais e processuais estão em construção.

Os processos criminais desse período são resultado da imbricação entre os diversos campos (econômicos, políticos, sociais e jurídicos), entre as esferas públicas e privadas e, ainda, entre os universos urbano e rural. A ausência de fronteiras nítidas lhes é constitutiva. Neles, os vários discursos se entrecruzam e os conflitos de interpretação se evidenciam.

Talvez este seja um indício de que as fontes criminais devam ser lidas como inscrições polifônicas, ou ainda, “inscrições do discurso social”, como diria Geertz (1978), através das quais os atores buscam explicitar, de alguma forma, os significados de sua ação.

<sup>27</sup> Geertz (1978, p. 13-41) refere-se aos relatos etnográficos como interpretações de interpretações. Não estaríamos incorretos se dissessemos o mesmo das fontes documentais, especialmente, das fontes criminais.

<sup>28</sup> O conceito de “fato social total” foi cunhado por Mauss para analisar trocas cerimoniais e refere-se a instituições que representam o próprio sistema em funcionamento: *Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam essas instituições.* (1974, p. 41)

**QUADRO 1**  
**QUADRO GERAL DA COMPOSIÇÃO DOS PROCESSOS-CRIME (1770-1900)**

DÉCADAS	1770-79	1800-09	1810-19	1820-29	1830-39	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89	1890-1900	TOTAL
Crimes sexuais e contra a família									03	07	15	25
Homicídio e tentativa de homicídio	01		01	02	06	11	13	31	32	30	26	153
Injúrias					02	03	07	08	05	07	08	40
Agressões Físicas	01	01	03	03	16	09	29	63	55	62	103	345
Rapto					01	01			01	01	02	06
Suicídio							01					01
Adulterio								01				01
Perjúrio									01			01
Envenenamento									02			02
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>50</b>	<b>103</b>	<b>99</b>	<b>107</b>	<b>154</b>	<b>574</b>
Contrabando, furto, açoitamento							01	08		02		11
Danos a propriedade		01		02	03	02	04	11	01	07	07	38
Dívida	01		01	01	01	03	01	03	04	02	04	21
Estelionato						01	01	04	03	06		15
Furto e roubo			01	02	05	07	24	23	12	36	43	153
Litígio de terras					01	02	03	02	01	03	01	13
Penhora			01			01						02
Rescisão de Contrato								01		01	02	04
Incapacidade de administrar bens								02				02
Falsificação (dinh., invent., cart. lib.)									01	01	03	05
Adulteração invent. e testamentos									01		01	02
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>05</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>34</b>	<b>54</b>	<b>23</b>	<b>58</b>	<b>61</b>	<b>266</b>
Desordem							01	01	02			04
Feitiçaria										01		01
Infração de posturas				01	01	02	04	04	04	01	03	20
Insurreição de escravos				01								01
Resistência à autoridade					01	12	26	15	19	16	06	95
Responsabilidade							01	01			01	03
Amotinamento									02	01		03
Fuga de presos										03		03
Fuga de escravos										03		03
<b>SUB-TOTAL</b>				<b>01</b>	<b>03</b>	<b>14</b>	<b>34</b>	<b>25</b>	<b>30</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>146</b>
Documentos cujos crimes não constam	01	03	03	03	11	11	14	24	20	23	23	136
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>49</b>	<b>65</b>	<b>132</b>	<b>206</b>	<b>172</b>	<b>211</b>	<b>254</b>	<b>1122</b>

**QUADRO 2**  
**QUADRO GERAL DA COMPOSIÇÃO DOS PROCESSOS CRIMINAIS RELATIVOS A ESCRAVOS**

DÉCADAS		1770-79	1800-09	1810-19	1820-29	1830-39	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79	1880-88	TOTAL
CRIMES CONTRA A PESSOA	Homicídio e tentativa de homicídio					01	02	06	08	05	06	28
	Injúrias						01					01
	Agressões Físicas			01	01	01	01	05	05	02	03	19
	<b>SUB-TOTAL</b>			01	01	02	04	11	13	07	09	48
CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE	Danos a propriedade						04				01	04
	Furto e roubo						03	01	06		01	10
	Fuga						01		04		01	05
	<b>SUB-TOTAL</b>						08	01	10		03	22
CRIMES CONTRA A ORDEM PÚBLICA	Feitiçaria										01	01
	Insurreição					01						01
	<b>SUB-TOTAL</b>					01					01	02
Documentos cujos crimes não constam						01		01	01	01	01	05
Processos cíveis - Ações de liberdade						01				01	06	08
<b>TOTAL GERAL</b>				01	01	05	12	13	24	09	20	85

**Observação:**

Os quadros estão baseados em MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (1987:29).

**Fonte:** Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei.

Fundo do Cartório do Crime do Fórum de São João del-Rei.

## Referências bibliográficas

1. MALHEIROS, Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. Petrópolis: Vozes, 1976. v. I.
2. FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
3. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
4. BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
5. MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. v. 2. São Paulo, EPU, 1974.
6. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.
7. IGLÉSIAS, Francisco. Introdução. In: MARINHO, José Antônio. **História do movimento político de 1842**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977.
8. \_\_\_\_\_. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História da civilização brasileira**. São Paulo, Difel, 1985. v. 2.
9. PINAUD, João Luiz et. al. **Insurreição negra e justiça**. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura, 1987.
10. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
11. LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750 – 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
12. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.
13. \_\_\_\_\_. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar. 88/ago. 88.
14. ALGRANTI, Leila Mezen. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810 – 1821). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, n. Especial, p. 45-79, 1988.
15. LIBBY, Douglas Cole. Historiografia e a formação social escravista mineira. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 1988.
16. \_\_\_\_\_. Força de trabalho e posse de escravos. In: LIBBY, Douglas Cole. **População e mão-de-obra industrial na Província de Minas Gerais (1830-1889)**. São Paulo, USP, 1987 (Tese, Doutorado).

# AS ARMADAS DOS AÇORES NA DEFESA DOS REINOS IBÉRICOS

João Carlos da Silva de Jesus  
Mestrando da Universidade de Lisboa  
Bolsista da Fundação Oriente

## RESUMO

*Este artigo procura analisar as condições de manutenção dos impérios coloniais nos séculos XVI e XVII, apresentando uma visão panorâmica das disputas internacionais pelo controle da rota do Atlântico.*

*É objetivo desse trabalho investigar as ações estratégico-militares, visando preservar a hegemonia portuguesa sobre a rota Atlântica e sua importância político-econômica para a expansão colonial.*

O Império Português do século XVI e inícios do XVII são neugas de terra e ilhas separadas por vastidões aquáticas, tornando-se a Marinha o único instrumento de comunicação entre as diferentes partes. Esta, ao mesmo tempo que faculta o transporte de pessoas e mercadorias, afirma o domínio do rei de Portugal perante os povos orientais e também ocidentais. Foi através da Marinha que o poder português se afirmou no

Oriente e foi ela que o manteve logo após as conquistas perante todos aqueles que o contestaram, fossem eles asiáticos, turcos ou europeus.

Os domínios portugueses em quatro continentes sustentavam o Estado Português, tal como os domínios do Novo Mundo sustentavam a Espanha. Nesses domínios, lutava-se em várias frentes contra os mais diversos inimigos, que pretendiam recuperar o que lhes pertencera ou queriam conquistar o que portugueses e espanhóis conquistaram para



si. Nesses conflitos, as respectivas marinhas tiveram papel fundamental, quer pelos soldados que transportavam em socorro, quer pelo reabastecimento que proporcionavam, quer pelo apoio de fogo que davam, ou ainda pela defesa que ofereciam contra os poderes navais inimigos. Esta era a defesa avançada dos Impérios.

Mas a oposição a portugueses e espanhóis não se resumia unicamente à que encontravam nos domínios que ocupavam. Cedo viram os seus barcos atacados e pilhados no regresso aos respectivos reinos, quando transportavam os bens e os espólios adquiridos nos seus domínios. À despesa necessária a manutenção das possessões ultramarinas passou a somar-se uma outra: despesa com a manutenção de armadas de guarda-costas e de escolta. Estas passaram a ser uma defesa próxima.

Às ilhas dos Açores confluem as rotas de regresso à Península Ibérica oriundas do Oriente, África e Novo Mundo. Essa necessidade, fruto de um acidente da natureza, cedo foi descoberta pelos navegadores portugueses de Quatrocentos e pouco depois pelos corsários norte-europeus e africanos. Estes, que antes aguardavam os navios carregados de ouro, prata e produtos exóticos nas proximidades da costa portuguesa, rapidamente

começam a internar-se no oceano, buscando esses navios nas paragens dos Açores.

O corso e a pirataria (a definição desses conceitos muitas vezes na prática é difícil) são uma atividade tão antiga como a navegação humana dos mares. Os portugueses, antes de se tornarem uma das vítimas preferenciais desta atividade depredatória, foram, eles mesmos, e continuaram a ser, piratas e corsários nas costas norte-africanas e asiáticas. Terá sido graças a essa atividade que, na primeira fase da Expansão, ganharam experiência e incentivo suficientes para continuarem as explorações marítimas da costa africana, onde à atividade comercial se juntavam as "razias" em terra e a pilhagem de embarcações no mar. Também franceses, ingleses e holandeses seguiram esses passos. Afinal de contas, trata-se de uma forma fácil de formar capital e um incentivo a ir mais além.

O corso e a pirataria costeira não eram atividades desconhecidas na Idade Média. Eram dois instrumentos de guerra e uma das maneiras de recuperar bens e valores perdidos para piratas ou corsários de outras nações, já que da justiça estrangeira não era de se esperar grande reparação. Com o advento da expansão europeia, o corso passa a assumir uma outra envergadura embora, na essência, continue o

mesmo, variando os valores envolvidos.

Uma das primeiras notícias de corso nas costas portuguesas na Época Moderna é de 1508, quando o corsário francês Mondragon assola as costas e ilhas de Portugal. Para lhe fazer frente, D. Manuel nomeia Duarte Pacheco Pereira que, em 1509, defronta-se com quatro navios de esquadra do corsário, afundando um e aprisionando os outros três.

Este é um dos primeiros casos na senda do qual muitos outros acontecerão com oscilações temporais que, a maior parte das vezes, estão intimamente relacionadas com conjunturas políticas e militares precisas, conforme foi demonstrado por Ferreira (1991). Seria ingênuo ver no corso somente razões políticas ou mesmo a busca de reparação de perdas sofridas. A razão primária dever-se-á encontrar principalmente na busca de lucros fáceis através da pilhagem, sem os encargos que oneram o comércio legítimo. Ainda mais quando não se tinha suficiente competência técnico-científica para empreender viagens longínquas ou ainda quando não havia disponibilidade para libertar capitais que pudessem ser aplicados em expedições de exploração ou comércio que fossem suficientemente rendosas.

As guerras de Francisco I, ao consumirem enormes quantida-

des de dinheiro, impedem a Coroa de sustentar convenientemente a nobreza e sobrecarregam os burgueses de direitos. A Coroa, ao consentir o corso, ganha duplamente: liberta-se do encargo de sustentar a nobreza, ao mesmo tempo que fornece à burguesia um novo rendimento. Deste modo, uns prosperam e os outros podem manter os hábitos a que as formas de representação social obrigam. Contentada uma frente interna, o monarca francês pode-se dedicar à sua política imperial, que é, enfim, o modo de os Estados Modernos e os seus Reis serem reconhecidos e respeitados entre os pares. Só que tal política impossibilita a libertação de capitais que possam ser investidos na exploração de novas fontes fornecedoras dos produtos e nisto poderá estar uma justificação para a necessidade do corso e da pirataria.

Quando franceses e mais tarde ingleses e holandeses atacam e pilham navios portugueses, ao invés de o fazerem a navios espanhóis sob o mando de monarcas com os quais têm conflitos mais ou menos declarados, está-se a pressionar um estado que, pelas características geográficas, políticas e imperiais, seria um aliado natural da Espanha. Isto numa perspectiva política e diplomática que, a bem da verdade, é secundária face aos efeitos imediatos em outras bem mais

lucrativas vertentes. Os proventos econômicos resultantes da pilhagem são bem mais aliciantes para quem se encontra a bordo de um navio buscando presas nos mares que qualquer idéia concebida por estrategistas políticos. Entra-se, desse modo, na esfera de indefinição do conceito de corso e pirataria e tudo o que flutua sobre a água é passível de ser capturado.

Vem essa reflexão a propósito do quase perfeito entendimento existente entre os dois reinos ibéricos no que diz respeito aos assuntos ultramarinos, quando pela frente se lhes depararam os recém-chegados do norte da Europa.

A legislação ordinária e as ordenações portuguesas já previam o castigo severo (como a pena de morte e a perda dos bens) para aqueles que roubassem, destruíssem ou capturassem navios idos aos domínios com licença régia (Leão, 1985, tit. 107). Do lado espanhol havia compensação equivalente, como atesta uma carta da princesa D. Joana mandando D. Álvaro de Bazán, em 1557, entregar franceses capturados para serem postos a servir nas galés; abria-se uma exceção para o capitão, mestre e oficiais... que deveriam ser executados. (Assis, 1943, n. 163)

Perante problemas semelhantes têm-se reações semelhantes; não admira, pois, que se desse o

entendimento formal entre os soberanos portugueses e espanhóis, principalmente entre Carlos I e D. João III. Em meados do século, realiza-se uma convenção entre os dois reinos em que se estipulam o número de navios que cada estado deverá manter em defesa das costas e ilhas e as áreas de atuação de cada um. Assim, a Portugal caberia armar em vários portos do Minho ao Algarve navios latinos de pequena tonelagem (25 a 30 toneladas) que corresse determinadas zonas do litoral, apoiados por um menor número de galeões e galés. Além disso, o rei português comprometia-se a enviar anualmente (em abril) dez navios armados para as ilhas (três galeões e sete caravelas). (Ferreira, 1991, p. 373-374).

Era uma força que combinava navios oceânicos, pequenas embarcações costeiras e galés. Estas últimas tinham de ser desarmadas no início do inverno, por causa do mau tempo. No entanto, os veleiros deveriam manter-se em vigilância permanente no mar. No caso espanhol, as galés eram desarmadas logo após a chegada dos últimos navios do Novo Mundo, mantendo-se os veleiros no mar patrulhando as costas, freqüentemente até o cabo de S. Vicente. (Assis, 1943)

A colaboração luso-espanhola no combate ao corso e à pira-

taria não passava por pruridos nacionalistas ou quezílias políticas. Testemunhando isso estão exemplos como a ordem dada em 1556 por D. Joana ao marquês de Santa Cruz para, no caminho que deveria seguir para Flandres, limpar as costas e os cabos de Portugal; em fevereiro de 1558, manda o mesmo limpar as águas dos Açores e em junho do mesmo ano manda-o colaborar com a armada portuguesa nos Açores, a qual também tinha instruções nesse sentido (Assis, 1943, n. 150, 172, 175, etc.). Ordens como essas repetir-se-ão nos anos seguintes. E essa colaboração era efetiva, fosse o inimigo francês ou berberesco, de que é exemplo o célebre ataque a Tunes.

Ana Maria P. Ferreira refere-se a 423 roubos de navios portugueses no mar entre 1508 e 1538, julgando serem cerca de 70% dos que de fato ocorreram.

Obviamente, este número não se refere na totalidade a navios de alto-mar; se assim fosse, a viabilidade das várias carreiras portuguesas estaria seriamente ameaçada. Neste número deverão estar incluídos todos os tipos de embarcações, entre eles, quase certamente, uma maioria de pequenos batéis de pesca e navegação costeira. Os corsários, atuando isoladamente, não se atre-

vem a tomar um navio maior. Assim, na sua ação depredatória, deitam mão a tudo o que puderem, quanto mais não seja para adquirirem mantimentos que lhes permitam manter-se mais tempo no mar. Também não se pode esquecer que, sendo o corso uma atividade econômica e como tal procurando o lucro, não era viável correrem-se riscos atacando forças superiores. Isso é um privilégio reservado a navios de guerra e a maior parte das vezes só quando não podem evitar o contato.

Além da organização de armadas de guarda-costas e oceânicas destinadas a patrulhar áreas onde a possibilidade de ocorrerem incidentes era maior, o poder português recorre a instrumentos legais, obrigando os armadores a respeitarem, no apresto dos seus navios, determinados princípios quanto ao armamento. E isto porque, se as medidas de defesa evoluem, também o inimigo vai aprendendo com a experiência, começa a recorrer com maior frequência à associação e chega a navegar em verdadeiras esquadras, deixando de ser obstáculo o reduzido tamanho do navio corsário face a presas maiores que ele.

Com vista a aumentar a segurança dos navios, sempre descu-

rada pelos armadores que procuravam reduzir custos, D. Sebastião faz publicar em 1571 um regimento determinando o modo como as embarcações deveriam andar armadas e como deveriam atuar.

Entre várias outras determinações, estipula-se que os navios poderiam largar em qualquer altura para a Madeira e Açores, desde que existissem dois ou mais navios prontos a largar, ainda que um tivesse de esperar 15 dias pelo outro. O mesmo se deveria fazer no regresso. A pessoa que tivesse de os prover e visitar no porto de partida faria um deles capitânia. Mas como não se define o critério para essa escolha, a questão não deveria ser pacífica.

As armadas de S. Tomé, Cabo Verde e Brasil, de regresso ao Reino, ao chegarem aos Açores passariam a obedecer ao capitão-mor da Armada Régia<sup>1</sup> que aí se encontrasse para as proteger e escoltar. Estas chegavam, em princípio, antes das armadas da Índia e da Mina, que também eram aguardadas. Considerando que a espera poderia causar transtornos, com o acordo do capitão-mor da armada de escolta, era possível largarem com destino ao Reino desde que não houvesse notícias de navios suspeitos

<sup>1</sup> Esta armada tem várias designações: Armada das Ilhas, dos Açores, Régia, Terceira.

nas cercanias. Não os havendo, juntar-se-iam dez ou mais embarcações para rumarem ao Continente, sob escolta de um dos efetivos da armada açoriana, o qual assumiria a capitania-maior da frota assim constituída. (Portugal, 1943, p. 27-29)

A ameaça de pirataria nas águas açorianas está patente ao se exigirem dez navios como quantitativo mínimo para largar em direção ao Continente, quando para daí partir esse número era de quatro. O legislador sabia, pela experiência acumulada ao longo dos anos, que um navio enquanto presa é muito mais atrativo ao regressar carregado de mercadorias que quando parte. Infelizmente, para as fazendas de muitas pessoas, incluindo as da Coroa, estas normas acabam por ser pouco respeitadas, fato observado bastante vezes nos anos seguintes na mais díspar documentação. O não cumprimento freqüente da lei também nos pode levar a concluir não ser esse risco muito levado a sério. No entanto, em qualquer dos casos, manter um navio equipado para combater era um encargo pesado para um comerciante.

O risco levou à criação de armadas de escolta que se dirigiam aos Açores na primavera; obrigou a dar maior atenção às armadas de guarda-costas e às do Estreito. Mas estas nem sem-

pre eram suficientes para evitar tragédias. A par destas medidas ativas tornavam-se necessárias outras de caráter passivo, esperando-se que pela combinação de ambas (com a colaboração espanhola) se conseguissem melhores sucessos.

As armadas dos Açores que, além da função de escolta, deveriam, quando lhes fosse possível, limpar os inimigos da área, nem sempre estavam presentes quando chegavam os navios dos domínios de Portugal ou de Castela. Esses mesmos navios não chegavam ao mesmo tempo, fosse por virem de locais diferentes, fosse por terem quebrado a conserva. Por isso, não chegando todos ao mesmo tempo, permitia-se que possam partir ou prosseguir a viagem, desde que formem uma força suficientemente grande para impor respeito aos corsários que eventualmente pretendam atacar. Do mesmo modo, para evitar esperas que possam fazer perder bons ventos e para evitar que a impaciência se instale, poderão partir com uma escolta reduzida, se não houver perigo iminente, podendo até navios das Índias de Castela serem escoltados ou integram-se em esquadras portuguesas e vice-versa.

As armadas portuguesas de regresso ao Reino traziam ordens expressas de como haviam de fazer a aproximação aos Açores

e depois ao Continente (geralmente entre os 39º e os 42º N). Estas ordens, em princípio, variavam de ano para ano, de modo a não haver um padrão de comportamento que facilitasse a atuação dos corsários. Pela mesma razão e para garantir que não houvesse fuga de informações, os regimentos eram entregues selados aos capitães, que só os podiam abrir em alto-mar, ato de que o escrivão fazia assento no seu livro.

As manobras de aproximação por vezes revestiam-se de grande complexidade. Exemplo disso é uma carta régia mandando dar regimento de torna-viagem à armada que em 1611 fora à Índia comandada por D. Antônio de Ataíde. Nessa carta estipulam-se as rotas que deveriam ser efetuadas na aproximação aos Açores e depois ao Reino, isto para garantir o encontro com a armada dos Açores. Assim, a armada da Índia deveria demandar as ilhas entre os 40º 30' N e os 42º N, sem as avistarem. Dessa latitude dever-se-ia demandar o Continente pelo 40º paralelo. A 60 léguas da costa tomariam o 41º paralelo até avistarem terra.

É uma manobra complicada, pensada para evitar o ataque de corsários e que, dada a rigidez imposta, poderia não aproveitar os melhores ventos. Mas, neste caso, privilegia-se a segurança à rapidez.

Os capitães das armadas possuíam regimentos com ordens mais ou menos rígidas. Mas em qualquer momento poderiam receber novas ordens que alterassem as iniciais ou poderiam, eles próprios, por qualquer imprevisto, ter de optar por outra solução, caso em que deveriam submetê-la ao conselho composto pelo piloto e restantes oficiais, fazendo o escrivão assento das deliberações e decisões tomadas. Essas alterações também poderiam ocorrer na escala das ilhas (geralmente na Terceira) ou quando eram encontradas pelas caravelas de aviso nas longitudes ocidentais do arquipélago. As caravelas que lavravam o mar esperando topar com os navios transmitiam-lhes as últimas instruções ou avisos. No entanto, não era invulgar o desencontro. O mesmo podia acontecer quando os navios de regresso ao Reino por uma latitude pré-combinada não eram encontrados pela armada de escolta que seguia ao seu encontro pela mesma latitude. Geralmente, a armada de escolta tomava uma posição em linha sobre a latitude em que deveria navegar a armada esperada com cerca de uma légua entre cada navio.

As razões desses desencontros estão na pequenez dos na-

vios quando comparados à vastidão do oceano. Uma ondulação forte, uma neblina, uma borrasca ou a noite podem inviabilizar planos que no papel ou em abstrato parecem funcionar.

Se há notícias de desencontros com desfechos funestos, já não as há quando estes não ocorrem, ou seja, quando, apesar do desencontro, tudo acaba em bem, então não fica memória do acontecimento. Por outro lado, se se dá o encontro e nada de anormal ocorre, também não fica registro. Só o negativo, o trágico deixam marcas. Hoje, ao tomarmos contato com essas notícias, poderemos ser levados a concluir que as coisas eram piores que de fato foram.

Um desses desencontros é-nos relatado por João Carvalho Mascarenhas (1937, p. 21-142). A nau *Conceição* recebe em Angra, nos Açores, instruções trazidas por uma caravela de aviso para navegar por 39° 30' N, de modo a encontrar a sua escolta. O piloto entende que a ordem significa navegar como de costume<sup>2</sup> pelos 41° ou 42° N e a cem léguas de Lisboa tomar os tais 39° 30' N. Abreviando, acaba por ir pela última latitude, embora a contragosto. Cumprindo a determinação, não encontra a armada de escolta, e o dia amanhece

no meio de uma armada de corsários argelinos e à vista da costa portuguesa.

A dúvida que assaltou o piloto em Angra poderá ser legítima já que, por vezes, as ordens não são muito claras. Mas, pelo que se depreende do relato, não era o caso. Além disso, o ambiente a bordo não era dos mais ligeiros. Ao longo da viagem já tinham acontecido vários desentendimentos entre os homens; já tinham falecido o piloto que largara da Índia e o próprio capitão em Santa Helena. Os oficiais e o piloto apostaram que chegariam ao Reino primeiro que a capitânia (*N. S. da Penha da França*), tendo aproveitado para isso um momento em que se quebrou a ligação visual com ela. Curiosamente, a *Conceição* era pior de vela que a capitânia. Queriam esses homens chegar primeiro, na esperança de serem valorizados e promovidos no ano seguinte para a capitânia da *Carreira da Índia*, pois achavam que de outro modo pensariam no Reino que não havia habilidade alguma em ser-se conduzido pelo farol da capitânia.

É mais uma prova de que o regimento de D. Sebastião, que também obriga à navegação em conserva, sistematizando e desenvolvendo normas anteriores

<sup>2</sup> Aqui *costume* não deve ser interpretado como o procedimento usual – bastava o piloto fazer uma vez com sucesso uma rota de uma determinada maneira para posteriormente e de modo inconsciente julgar ser esse o procedimento usual.

e confirmado pelos reis posteriores, continuava a ser violado e nem sempre por acidente.

Frazão de Vasconcelos observou há mais de cinquenta anos que a marinha portuguesa não foi descurada pelos governos filipinos. A ação legislativa de D. Filipe I e D. Filipe II é continuadora da de D. Sebastião, quer quanto à forma, quer quanto aos métodos propostos. Todos eles fizeram publicar instrumentos legais complexos, que pretendiam ter grande alcance e tendiam a disciplinar e a regular o funcionamento dos órgãos que geriam o império e o instrumento que facultava a ligação entre as suas diferentes partes: a Marinha.

Neste aspecto, estou convicto de que os governos filipinos, principalmente com D. Filipe I, tudo fizeram para reformar a marinha portuguesa, adaptando-a às novas necessidades e aos desafios que lhe eram colocados, quanto mais não fosse porque a segurança da navegação espanhola passava também por uma marinha portuguesa eficaz. Mas é um mérito que tem de ser

relativizado. A situação internacional era tal que quem quer que tomasse conta do poder português teria de adotar medidas que permitissem a uma marinha que fora hegemônica no Atlântico adaptar-se à concorrência agressiva de outras nações.

Assim, no plano das intenções, quer-se modificar uma marinha incapaz de cumprir integralmente a sua missão, tornando-a de novo eficiente. Para isso legisla-se e ordena-se casuisticamente. No plano prático, a situação continua a mesma, ou pouco se modifica, a ajuizar pelos relatos que nos chegam e que nos levam a concluir pelo não cumprimento mais ou menos generalizado das determinações legais.

Os Estados Ibéricos, assentando as suas economias na exploração de domínios ultramarinos, cujos rendimentos sustentavam nobrezas cortesãs e de serviços, necessitavam de marinhas fortes, numerosas e diversificadas. Dominaram enquanto não sofreram a concorrência de outras nações e, quando ela surgiu, lu-

taram para se manter hegemônicos. Se finalmente vieram a ser suplantadas, perdendo o predomínio nos mares, não foi só por deficiências de construção, maus técnicos e capitães. Antes, temos de considerar essa decadência e fim no contexto dos fatos políticos, económicos, sociais e mentais. A Marinha existia para servir homens e era servida por homens. Temos de os compreender, entrando no campo da cultura e mentalidades, onde em última análise se deverão procurar e integrar as explicações. Mais que uma luta entre o Norte da Europa e os Estados Ibéricos, tínhamos o confronto de dois modelos diferentes de sociedade, baseados em pressupostos ideológicos diferentes. Entre esses dois modelos concorrenciais triunfou aquele que revelou maior capacidade de adaptação e sobrevivência. Hoje, profundamente influenciados pelo modelo triunfante, tendemos a esquecer a realidade passada, em que qualquer um dos modelos era válido. E disso resultam análises "a priori" distorcidas.

## Referências bibliográficas

1. OS AÇORES e o Atlântico (séculos XIV-XVII). In: Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo, de 8 a 13 de agosto de 1983. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1984.
2. FERNANDES, Assis V. **Epistolario de Felipe II sobre assuntos de mar**. Madrid: Editora Nacional, 1943.
3. FERREIRA, Ana Maria Pereira. **Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI**. Lisboa: FCSH./UNL. 1991. (Tese, Doutorado).
4. LEÃO, Duarte Nunes de. **Ordenações filipinas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, v. 5.
5. MASCARENHAS, João Carvalho. Memorável relação da perda da nau Conceição. In: PERES, Damião (comp.) **Viagens e naufrágios célebres**. Porto, Editora, 1937, v. 1, p. 21-142.
6. MATOS, Artur Teodoro de. A provedoria das armadas da Ilha Terceira e a carreira da Índia no século XVI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA INDO-PORTUGUESA, 2, Lisboa, 1985. **Actas**. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985. (Estudos de História e Cartografia Antiga. Memórias, n. 25).
7. MENESES, Avelino de Freitas. **Os Açores e o domínio filipino (1580-1590)**. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987. 2v.
8. PORTUGAL. Ministério das Colônias. **Portugal e o século XVI**; leis sobre a navegação e possessões do Império. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1943.
9. SANTOS, Maria Emília Madeira. O problema da segurança das rotas e a concorrência luso-holandesa antes de 1620. **Revista da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v. 32, 1985.

# POIÉISIS – PODER POLÍTICO E PODER POÉTICO, UMA LEITURA DA POESIA DE AGOSTINHO NETO\*

Marcelo José Caetano

Departamento de Filosofia e Teologia da PUC•Minas  
Mestre em Letras (Literatura da Língua Portuguesa) – PUC•Minas

## RESUMO

*Compreendendo a atividade poética angolana como intermediação entre a imagética e a construção histórica da identidade e da alteridade do ser do africano, este artigo discute o engajamento da poesia de Agostinho Neto no processo de (re) construção política de Angola.*

A palavra é a casa do SER. Por seu intermédio, o gesto instaura a ordem e o homem se compreende no processo de construção de si e de seu mundo. A ação dos agentes no processo de organização social, delimitada pela oralidade, constitui a possibilidade

de ordenação do mundo simbólico, fundamental à inserção do homem na “*démarche*” histórica.

Com a irrupção da escrita nos contextos originariamente ágrafos, falamos aqui especialmente de Angola, a voz permaneceu como referencial obrigatório à ação político-social. A obra de arte, particularmente a poesia, compreendida como fazer, isto é, como *poiésis*,<sup>1</sup> coloca-se como intermediação imprescindível na relação entre o imaginário e a construção histórica da identidade e da alteridade do ser angolano. A

\* Excerto da dissertação de Mestrado *O Eu e o Outro em Sagrada Esperança* (Inautenticidade e Autenticidade na poesia de Agostinho Neto) – PUC•Minas.

<sup>1</sup> “*Poiésis*” é o relativo ao “*poien*”, ao fazer, entendido no sentido do fazer artístico, por conseguinte, da criação. É o ente interpretado na perspectiva criadora do artista.



ação poética, provida de um estatuto onto-sócio-político que a define, apesar de inferior à ação mesma, por lhe ser imanente, orienta a atividade dos indivíduos. Ao orientá-los, faz-se instrumento de conscientização.

A poesia, capacitadora do agir, situa-se como produtora de efeitos. O poeta, porta-voz de sua gente, define-se como político. A fim de construir a identidade política de seu povo, ele busca resgatar-lhe a dimensão poética da vida. Formulando sua própria experiência pessoal, histórica, ele procura eliminar a ideologia do outro dominante. Ele chama seu povo à construção de um novo tempo, tempo de um novo homem. Ele é *“aquele que faz as novas condições de sua experiência e toma a iniciativa de estabelecer o fim da servidão e o começo da libertação”*. (Alves, 1989, p. 33)

Fundamental, neste processo global, é a presença de Agostinho Neto. Sua poesia transita da inconsciência caótica ao cosmo do consciente. Ele investiga o presente, estabelecendo as condições necessárias para o surgimento e soerguimento de um futuro em que o homem angolano se reconheça em sua especificidade humana, isto é, ele define os pontos da diferença para afirmar em que condições pode o indivíduo africano dizer-se igual àquele que o escravizou. O poeta sabe que *“O acto de escrita, em*

*particular para o homem da oralidade que tem de assenhorar-se de si que a construção poética escrita condiciona, força ao uso do idioma do outro, que também é seu, visto que dele se apropria. E o seu domínio maior consiste em escrever nele poesia”*. (Barbeitos, 1989, p. 56)

Ao escrever poesia na língua do outro, o poeta estabelece a igualdade, mas não deixa por isto de demarcar a diferença, ou seja, ele sabe que não pode negar a presença em si do outro-invasor, nem desconhecer sua alteridade. O mesmo e o outro lhe pertencem, estão no seu ser. Ao declarar isto, a poesia escancara a realidade que o homem da colônia não pode desprezar, sob pena de não se reconhecer. Conforme Agostinho Neto, citado por Henrique L. Alves, *“Nem se pode desconhecer o contexto africano em que o homem é hoje encarado de modo diferente daquele a que nos habituaram os séculos de escravagismo e colonialismo. Hoje o homem africano é um ser livre ou a libertar-se do colonialismo e do imperialismo”*. (Neto, apud Alves, 1989, p. 30)

A fala do político demonstramos a esperança messiânica do poeta Agostinho Neto. O discurso poético e o político se mostram sintonizados. A consciência de que o homem africano deve ser encarado diferentemente dos séculos de escravidão demarca a antevisão do poeta e seu papel político na construção da nova

sociedade. Vejamos os versos finais do poema **A Voz Igual**, em que o poético e o político se misturam, apresentando-nos o chamamento à reconstrução, redefinindo profeticamente a humanidade de seu povo. Não se esquece, contudo, de lembrar-lhe e aos que o colonizaram o silêncio, a morte, a dor que no passado lhe foram impingidos.

*“Do caos para o reinício do mundo para o começo progressivo da vida e entrar no concerto harmonioso do universal digno e livre povo independente com voz igual a partir deste amanhecer sobre a nossa esperança.”*

(Neto, 1985, p. 138)

O caráter da atividade poética consiste, para Agostinho Neto, em redescobrir a poesia da vida através da reconstrução da identidade política do povo de Angola. A construção da identidade, isto é, do ser autêntico, passa por três momentos distintos:

- 1) momento do objeto;
- 2) momento do sujeito;
- 3) momento social-dialético.

Conforme Libânio (1982), no primeiro momento, ou seja, no momento do objeto, o sujeito não tomou ainda consciência de si no sentido reduplicativo, isto é, o sujeito se percebe como sendo unilateralmente determinado pelo outro. Ele não é autônomo, não se percebe como lei para si mesmo. A sua consciência e liberdade são profundamente marca-

das pela obediência a uma lei exterior a ele. O sujeito se vê diante da realidade como *tábula rasa*. Necessariamente esta *tábula rasa*, esta folha em branco, tem que ser preenchida pelas experiências do outro.

No segundo momento, momento do sujeito, a relação com o outro e com o mundo vai-se traduzir como descoberta da subjetividade e vai ser percebida pela interioridade da consciência. Esta se opõe à exterioridade do mundo e se revela como valor e significação. Os fatos se fazem verdade e realidade pela reflexão, quer dizer, pela volta do sujeito sobre si mesmo. No entanto, na embriaguez de sua autonomia, o sujeito corre o risco de fechar-se sobre si mesmo, desconhecendo a presença do outro.

No momento social-dialético, o sujeito percebe o caráter dialético de sua consciência. Ele pensa em si mesmo como fonte de valor, verdade e bem, mas reconhece a presença do outro como determinante fundamental – mas não única – de seu ser, isto é, ele se abre ao mundo. E inevitavelmente, a partir dessa abertura, constrói sua existência.

Caminhando pelas veredas do ser, o poeta percebe o terceiro momento e recria a realidade poeticamente, ou antes, descobre a poeticidade da vida.

*“A consciência sintetiza, entre a In-*

*consciência e o Despertar da Consciência violentamente se alteram os dados imediatos da experiência; é quando o sujeito poético se sentir naquilo que Neto chamará de ‘o festim’. É tempo de análise, de prefiguração da liberdade, de verdade; daquilo a que Neto chama a satisfação total do desejo e criação do homem novo, aquele que faz as novas condições da sua experiência e toma iniciativa de estabelecer o fim da servidão e o começo da libertação.” (Alves, 1989, p. 33)*

O poeta sabe da sua responsabilidade na reconstrução da identidade e da alteridade de seu povo. Nos seus versos percebemos o reconhecimento dessa responsabilidade:

*“Não é o canto do galo  
ou o grito do grilo  
que anunciam o novo dia  
mas, sim, o canto dos poetas”.*  
(Neto, *apud* Alves, *op. cit.*, p. 35)

Angustiando-se, mas sabendo que da angústia brota o novo tempo, o poeta escreve **Pausa**:

*“Há esta angústia de ser humano  
quando os répteis se entricheiram no  
lodaçal  
e os vermes se preparam para devo-  
rar uma linda criança  
em indecorosa orgia de crueldade*

*É esta alegria de ser humano  
quando a manhã avança suave e forte  
sobre a embriaguez sonora do cântico  
da terra  
apavorando vermes e répteis*

*E entre a angústia e a alegria  
um trilho imenso do Níger ao Cabo  
onde marimbas e braços tambores e  
braços vozes e braços  
harmonizam o cântico inaugural da  
nova África”.*

(Neto, 1985, p. 78)

Agostinho Neto é uma presença messiânica no solo de Angola. Ele não desconhece o passado, não ignora o presente. Analisa o passado com os olhos críticos do presente e se projeta no futuro, sabendo que lá haverá um mundo melhor. Conclamando seu povo para que desperte, o poeta profeticamente induz o homem colonizado a tomar parte no processo de sua libertação:

*“Não esperemos os heróis  
sejamos nós os heróis  
unindo as nossas vozes e os nossos  
braços  
cada um no seu dever”.*  
(*op. cit.*, p. 126-127)

O poeta fala da necessidade de lutar, de sonhar. Ele clama por independência, pela libertação de seu povo, por uma nova Angola:

*“São as vozes em coro na impaciência  
buscando paz, a vida em cansaços  
seculares  
nos lábios soprando uma palavra: in-  
dependência!”.*  
(*op. cit.*, p. 126-127)

Conforme nos afirma Henrique L. Alves (1989) em longo trecho que, por sua importância, transcrevemos, e citando a prof<sup>a</sup> Maria Mercedes Pessoa Cavalcanti, a poesia de Agostinho Neto:

*“Por ser uma poesia interessada,  
conscientizadora, caracterizada pela  
transitividade e portanto voltada para  
o mundo receptor (...) tampouco se  
inscreve nos parâmetros da escritura  
tomada como texto auto-reflexivo e in-*

*dividual, introvertido à imanência da enunciação numa marginalidade utópica.*

*Observe-se, no entanto, que o discurso do poeta supera o mero enunciado, visto como esteticamente elaborado e portanto não parafraseável, ou seja, não admite mudanças de significantes. Em concomitância à verdade postulada, subjaz a plurissignificância das figuras literárias.*

(...)

*Escritura e mensagem se encontram indissoluvelmente entrecruzadas e o texto é ao mesmo tempo um estar no mundo. A perspectiva dialéctica do político se presentifica no poeta através do imbricamento do sujeito-autor com o objecto e desse com o sujeito-receptor". (Cavalcanti, apud Alves, 1989, p. 136)*

A matéria da poesia de Agostinho Neto é a realidade concreta. O seu discurso é mediatizado pela concretude histórica. Por isso, sua poesia, antes de ser panfletária, é a recriação poética da realidade. Neste sentido, ela, mais que qualquer outra expressão artística, fala ao povo.

Neto percebe a construção histórica da identidade de seu povo. Ele sabe que não pode desconhecer que o domínio dos meios do outro, ou seja, na afirmação de Barbeitos (1989), dos meios

*"(...) que o fizeram a ele e o marginaram, tal como o prosseguimento do seu projeto ideal, que o opressor invoca e trai, garantiriam o desencadear de uma emancipação real. Por conseguinte, a maestria do português, o conhecimento científico, empenho humanista e político, desembocando na luta de libertação, tornaram-se exigências intrínsecas". (p. 55-56)*

Enquanto poesia engajada, o texto de Agostinho Neto apresenta as imagens poéticas das vivências do homem angolano. Falando na língua do outro, tomada como sua, rememorando as experiências históricas vividas, o poeta lança seu receptor ao presente, de forma crítica. Alimentado de esperança, ele, contudo, não se limita a falar do passado e do presente, mas antes, pelo contrário, busca preparar o futuro.

*"Amanhã  
entoaremos hinos à liberdade  
quando comemormos  
a data da abolição desta escravatura  
Nós vamos em busca de luz  
os teus filhos Mãe  
(todas as mães negras  
cujos filhos partiram)  
Vão em busca de vida."*  
(Neto, 1985, p. 36)

Em busca de vida o poeta politicamente se engaja na trajetória de construção da igualdade e da diferença do angolano, autenticamente.

*"Não te voltes demasiado para ti mesma  
Não te feches no castelo das lucubrações infinitas  
Das recordações e sonhos que podias ter vivido."*  
(op. cit., p. 84)

Agostinho Neto, em **Sagrada esperança**, tem plena convicção da impossibilidade de negar a existência do outro no seio de Angola. Ao recriar poeticamente a realidade, ele anuncia em

que condições o angolano pode fazer-se *angolano*. Sua visão messiânica oferece-nos o ponto de vista do poeta como aquele que inexoravelmente dá o tom da sinfonia angolana. Sem desconhecer o rigor histórico, ao contrário, sustentado nele, o autor pensa e fala do futuro. Sem desprezar o passado e a partir dele, de suas memórias, de suas vivências, ele anuncia o dia que virá.

As imagens poéticas de **Sagrada esperança** delimitam a intenção, o engajamento e a importância do escritor no cenário angolano. Seguindo as linhas dos versos nos é possível ver que o *novo* mundo angolano se anunciará na reconquista da identidade. Disto sabe o poeta e é a partir daí que ele busca seu povo.

*"Ah!  
esta mania de imaginar  
e de inventar mundos  
homens, sistemas, luz!  
Viver nas coisas, nos rumos fechados  
na escuridão das noites  
a palpitante existência  
dos dias de sol.*

*Esta saudade do nada  
esta loucura.  
Volvamos à realidade  
sonhador!"*  
(op. cit., p. 69)

Almas escravizadas, morte que é choro e angústia, grito, dor, mas também luz, olhos secos, mãos e braços, construção, pátria, são "flashes" anunciadores do novo e esperado dia, o dia em que Angola será *angolana*.

*“Nos homens  
ferve o desejo de fazer o esforço su-  
premo  
para que o Homem  
renasça em cada homem  
e a esperança  
não mais se torne  
em lamentos da multidão  
A própria vida  
faz desabrochar mais vontades  
nos olhares ansiosos dos que passam*

*O sábado misturou a noite  
nos musseques  
com mística ansiedade  
e implacavelmente  
vai desfraldando heróicas bandeiras  
nas almas escravizadas.”*

(*op. cit.*, p. 44)

O escritor, como alguém que vê e é visto, conta-nos de suas visões e antevisões do que são e podem ser sua terra e os homens de sua terra. Nos seus versos podemos ir reconstruindo a sua cosmovisão: somos o olho que vê através do olhar do outro (poeta), que é visto por ele (o invasor). A perspectiva do poeta não é somente de olhar a si mesmo, mas olhar o outro em si mesmo e definir os lugares do EU e do OUTRO, a partir desse olhar.

Por seu intermédio, conhecemos as senzalas, os garotos sem escola, os negros ignorantes, os homens bêbedos. Sentimos a dor de partir, os gritos de dor, as lá-

grimas. Também compartilhamos o riso que se mistura à esperança de novos e bons tempos. Enfim, não somente vemos com os seus olhos, mas também sentimos a emoção que essa visão utópica proporciona.

Como que saído da *caverna de Platão*, o escritor anuncia a verdadeira realidade. Com os olhos secos, poética e politicamente engajado, o seu olhar, dirigido à luz, simbólica e concretamente surge como instrumento de revelação. Sem desconhecer as sombras que a luz provoca, ele empreende a reconstrução de sua pátria. A terra-mãe, soerguida pelos braços que nela trabalham, será o palco de um povo que se reconhece.

*“Eu vejo além África  
amor brotando virgem em cada boca  
em lianas invencíveis da vida espon-  
tânea  
e as mãos esculturais entre si ligadas  
contra as catadupas demolidoras do  
antigo  
Além deste cansaço em outros con-  
tinentes  
a África viva  
sinto-a nas mãos esculturais dos for-  
tes que são povo  
e rosas e pão  
e futuro.”*

(*op. cit.*, p. 94-95)

As imagens em Agostinho Neto são ambíguas, ou melhor, são dialéticas, pois dialética é a vida. Na ambigüidade dessas imagens misturam-se presente e futuro, dor e alegria, desespero e esperança. Se, por um lado, a dor se intensifica, de outro lado, a esperança vai ganhando contornos místico-proféticos. Agigantando as contradições da vida, o escritor, escancarando as feridas, sacraliza a espera, torna-a religiosa:

*“Bem-aventurados os que têm fome  
e sede de justiça (...)  
Porque deles será a pátria  
e o amor do seu povo”.*

(*op. cit.*, p. 117)

O olhar messiânico de Agostinho Neto sobre o mundo ensina a aprender na dor, a conquistar a felicidade sem desconhecer aquilo que a nega, a esperar mesmo que o desespero tome conta das almas escravizadas.

*“Do caos para o reinício do mundo  
para o começo progressivo da vida  
e entrar no concerto harmonioso do  
universal  
digno e livre  
povo independente com voz igual  
a partir deste amanhecer vital sobre  
a nossa esperança.”*

(*op. cit.*, p. 138)

## Referências bibliográficas

01. AGOSTINHO NETO, Antônio. ... **Ainda meu sonho...** 2. ed. Luanda: UEA, 1985. 17p.
02. \_\_\_\_\_. **A república impossível.** Luanda: UEA, 1987. 65p.
03. \_\_\_\_\_. **Sagrada esperança.** Luanda: UEA, 1985. 146p.
04. \_\_\_\_\_. **Sobre a libertação nacional.** Luanda: UEA, 1986. 33p. (Cadernos Lavra & Oficina).
05. \_\_\_\_\_. **Sobre a poesia nacional.** Luanda: UEA, 1988. 14p. (Cadernos Lavra & Oficina).
06. ALVES, Henrique L. *et al.* Reflexões sobre a poesia de Agostinho Neto. In: A VOZ igual. Porto: Angolê, 1989. p. 23-43.
07. BARBEITOS, Arlindo. O mesmo e o outro, em Agostinho Neto. In: A VOZ igual. Porto: Angolê, 1989. p. 53-57.
08. CAETANO, Marcelo José. **O eu e o outro em Sagrada Esperança:** inautenticidade e autenticidade na poesia de Antônio Agostinho Neto. Belo Horizonte: PUC•Minas, (Dissertação, Mestrado).
09. LIBÂNIO, João Batista. **Formação da consciência crítica:** subsídios filosófico-culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 107p.

*Liana Maria Reis*  
Departamento de História da PUC•Minas

LEFORT, Claude. **Pensando o político**. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

**Pensando o político** (1986), de Claude Lefort, recentemente traduzido para o português (1991), é constituído por uma coletânea de ensaios que verticalizam as idéias centrais de seu trabalho anterior, **A invenção democrática** (1987). São tratados temas como a democracia, a revolução, o totalitarismo e a liberdade, numa abordagem filosófica aprofundada.

Trata-se de um estudo que integra filosofia política e história, em que o autor busca “pensar livremente” e compreender a complexidade dos fenômenos analisados e dos novos fatos históricos “que modificam a experiência e o pensamento dos homens”.

As partes que compõem a obra (“Acerca da democracia moderna”, “Acerca da revolução”, “Acerca da liberdade” e “Acerca da parte do irreduzível”), embora tratem de temas específicos, inter-relacionam-se através de um fio condutor: a procura dos “sinais do político”, dos “sinais de repetição” e da “dimensão simbólica do social”. Na verdade, o político é um dos símbolos do social que dão forma à sociedade ou ao regime, constituindo o objeto de estudo de Lefort.

A questão-chave para o autor é o simbólico – origem da construção do político pelo social –, o que o leva a criticar o marxismo e romper com a Ciência Política. Para ele, não podem existir “modelos teóricos” prontos e acabados para encaixar a realidade e a história, na medida em que a totalidade do real vivido não pode ser totalmente compreendida. A realidade contém um sentido próprio e na dinâmica exige a construção constante e a percepção de novos lugares do político.

Ao analisar a democracia e o totalitarismo, Lefort mantém suas concepções desenvolvidas na “Invenção Democrática”. Ambos são fruto do advento do Estado de Direito e do liberalismo gerado pelas revoluções dos séculos XVIII e XIX. Instaurou-se uma nova ordem social, que criava um lugar simbólico do “poder sem rosto”: o poder é visto agora como emanado do povo, dando a sensação de ser diluído e vazio. Para a legitimação do novo poder, tornou-se

necessária a participação das massas através do direito do voto e demais participações políticas, provocando crises de autoridade e exigindo constantes e eficazes discursos e práticas dos governantes para se manterem no poder. O direito, norteador de todos, deu margem a disputas e interpretações diversas sobre o justo, o legítimo, etc. No lugar do corpo do rei, intermediador entre Deus e os homens, e da hierarquia social da velha ordem, surgiram o direito e a lei que, invadindo o imaginário político e social, concedem à “opinião pública” o poder de legitimação. Nos regimes totalitários, a idéia de povo-uno recriou a noção de homogeneidade perdida pela democracia, para legitimar o poder dos dirigentes e partidos únicos. O Estado de Direito gerou a revolução contínua, permanente e secular da invenção democrática, cujo processo não se pode parar.

É, portanto, essa contínua “invenção” da democracia, da liberdade e da igualdade que possibilita pensar a questão do imaginário político, através do qual os homens orientam sua conduta diante do poder e seu relacionamento político coletivo. Os imaginários políticos construídos historicamente (e portanto incessantemente) servem aos movimentos sociais populares de resistência, e também ao exercício da dominação política. Assim é que, tanto a democracia, quanto o totalitarismo amparam-se na lei. Nos imaginários políticos dos regimes totalitários e democráticos, a lei é vista como símbolo do novo poder, do novo homem, o que faz Lefort perceber a fragilidade da separação entre ambos os regimes.

Abordando o tema da revolução, Claude Lefort analisa o terror revolucionário e o discurso de Robespierre diante da Convenção em II Germinal, na tentativa de entender o imaginário do terror. Tal discurso demonstra que no imaginário político daquele momento na França, o espírito revolucionário era percebido como uma entidade superior e eterna, à qual todos, indistintamente, estavam submetidos. O Comitê de Salvação era o “guardião” dos “ideais autênticos” da revolução e o terror era fundamental para a fundação da nova sociedade, da liberdade e da nova ordem. Havia um comprometimento do “novo imaginário” com a inovação do Ser Supremo: a necessidade de criar um Deus (diferente do até então existente) em novas bases, que defendesse a humanidade, os membros mais “puros” da revolução, daqueles que compunham a velha ordem. Justificava-se, assim, o direito de eliminar os inimigos da revolução pelo maniqueísmo teológico-político: tratava-se da luta entre o bem e o mal, estruturados no discurso político, possibilitando identificar o errado e o certo, o impatriótico e o patriótico, numa luta terrena do discurso e interpretação do direito e da lei.

Processava-se uma dupla revolução que destruía a velha ordem. Uma construída no imaginário político da elite intelectual ilustrada e “predestinada” a buscar caminhos “corretos” para os acontecimentos, outra construída e mantida nas ações populares; ambas moldando os fatos por suas atuações. Lefort, concordando com as análises e conclusões de Quinet e Tocqueville, entende que a revolução faz nascer “o culto do impossível” e a “fé no impossível”,

e, ao mesmo tempo, sua nova visão da história da sociedade moderna (negação do suposto real para Quinet) e uma evasão do imaginário (Tocqueville). Surge o mito da revolução que traz a promessa de um novo mundo, organizado pelo princípio da igualdade social e política. Para isto, tornava-se necessária a fase da terra que aniquilasse e superasse o passado para reordenar a sociedade, rumo ao “futuro glorioso”. Porém, o transcorrer do tempo e o fazer histórico dos indivíduos rompem com a idéia do paraíso da sociedade imutável e ideal, surgindo a imagem da rebeldia, do desejo e da capacidade de mudança, do direito de sublevar a ordem. No imaginário político da revolução há lugar para o “possível” e o “impossível” que se relacionam, impulsionando os homens (opressores e oprimidos) rumo a uma realidade conflituosa (originada de suas atuações e pensamentos), possibilitando a construção de sua nova ordem social e política. Essa nova ordem que não se configura como uma sociedade ideal e justa, mas como um novo campo de disputas e lutas sociais que trazem dentro de si aqueles elementos revolucionários, buscados para fundamentar seus imaginários no futuro.

O estudo de Claude Lefort, ao deslocar o político da esfera tradicionalmente aceita de sua atuação (aparelho estatal, partidos políticos, etc.) e ao abordar sua dimensão simbólica, permite uma compreensão mais ampla e complexa dos conflitos de classes em qualquer realidade histórica.

Hoje, mais do que nunca, torna-se necessário pensar a incessante “(re) invenção democrática” que, com base no direito e na lei, cria a “dimensão simbólica”, que remete os homens ao espaço de luta contra a dominação e opressão rumo à construção de sociedades mais democráticas. Resta-nos usar este simbólico do direito para a conquista efetiva da democracia participativa, criando novos canais políticos de reivindicação – com maior poder de pressão – e ao mesmo tempo pensarmos nos limites históricos do poder e da própria democracia, particularmente na sociedade brasileira.



# NORMAS PARA COLABORADORES

- Os **Cadernos** estão abertos aos pesquisadores de História e áreas afins, para a publicação de artigos, resenhas, críticas e trabalhos do gênero.
- Os textos devem ser inéditos, não ultrapassando 20 páginas, datilografadas em papel ofício, em espaço duplo, margem de 3 cm e em três vias.
- Os trabalhos devem incluir uma página inicial contendo o título, um resumo de 10 linhas, no máximo, e três palavras-chave. A apresentação, deve ser feita dentro dos critérios de publicação técnico-científicas, conforme as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). De acordo com o padrão normativo estabelecido para os **Cadernos**, pede-se a utilização do pé-de-página tão somente para as notas explicativas, colocando no próprio corpo do texto, após a citação e entre parênteses, a referência bibliográfica correspondente (autor, ano e página). No final deve constar a relação alfabética de toda a bibliografia consultada.
- Os dados referentes ao autor (ou autores) devem incluir: o nome completo, a instituição de origem, suas principais qualificações, endereço e telefone de contato.
- A seleção dos trabalhos, sua distribuição e organização em cada número, são da competência exclusiva dos **Cadernos**. Os textos serão mantidos na íntegra e na sua forma original; caso ocorra necessidade de alguma alteração, esta só será feita mediante o consentimento prévio do autor.
- Os autores dos textos aceitos para a publicação serão oportunamente informados, como também, sobre a data prevista para o seu lançamento.

## **Outras publicações da Editora da PUC•Minas**

ARQUITETURA – CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO – Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
BIOS – Departamento de Ciências Biológicas  
CADERNO DE CONTABILIDADE – Departamento de Ciências Contábeis  
CADERNO DE ENTREVISTAS – Departamento de Comunicação Social  
CADERNO DE ESTUDOS JURÍDICOS – Faculdade Mineira de Direito  
CADERNO DE GEOGRAFIA – Departamento de Geografia  
CADERNO DE REPORTAGENS MALDITAS – Departamento de Comunicação Social  
CADERNOS DE ADMINISTRAÇÃO – Departamento de Administração  
CADERNOS DE BIOÉTICA – Núcleo de Estudos de Bioética  
CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS – Departamento de Sociologia  
CADERNOS DE ECONOMIA – Departamento de Economia  
CADERNOS DE ENGENHARIA – IPUC – Instituto Politécnico da PUC•MINAS  
CADERNOS DE LETRAS – Departamento de Letras  
CADERNOS DE PSICOLOGIA – Departamento de Psicologia  
CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL – Departamento de Serviço Social  
EDUCAÇÃO – CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – Departamento de Educação  
ENFERMAGEM REVISTA: CADERNOS DE ENFERMAGEM – Departamento de Enfermagem  
EXTENSÃO – Cadernos da Pró-reitoria de Extensão  
HORIZONTE – Revista do Núcleo de Estudos em Teologia da PUC•Minas  
ORDEM E DESORDEM: CADERNO DE COMUNICAÇÃO – Departamento de Comunicação Social  
SPIN – ENSINO E PESQUISA – Departamento de Física e Química

### **Projeto gráfico e composição eletrônica:**

EMS editoração eletrônica  
magalhaes.salles@hotmail.com • Tel.: (031) 3041.1113

### **Impressão e acabamento:**

Fumarc – Fundação Mariana Resende Costa  
Rua Rio Comprido, 4.580  
Fones: (031) 3351.6011 • 3351.6244  
32285-040 • Cinco • Contagem • MG